



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA
INSPECÇÃO REGIONAL DE EDUCAÇÃO

**RELATÓRIO
DE
AUDITORIA
PEDAGÓGICA**

ES MANUEL DE ARRIAGA

2006

ÍNDICE

CAPÍTULO I

Introdução	3
Objectivos	4
Metodologia	5

CAPÍTULO II

1 - Caracterização da escola	7
Identificação	7
Regime de funcionamento	7
Órgãos de administração e gestão	8
2 - População escolar	8
Distribuição da população escolar	8
Dimensão e constituição das turmas	9
Enquadramento sociocultural das famílias	16
3 - Recursos humanos	18
Caracterização do pessoal docente	18
Distribuição do serviço docente	20
Caracterização do pessoal não docente	20
Satisfação do pessoal docente, discente, não docente e encarregados de educação ...	21
4 - Recursos físicos	25
Espaços	25
Equipamentos.....	25
Qualidade e bem-estar das instalações	26
5 - Recursos financeiros	30

Distribuição dos recursos financeiros da escola	30
6 - Projecto curricular	30
Ofertas curriculares	30
Cumprimento de programas	31
Tempo dedicado às aprendizagens	32
Apoio educativo	32
Formação de professores	33
7 - Contextos educativos	34
Participação da comunidade na vida da escola	34
Incidentes críticos	35
Participação da comunidade educativa nas decisões	35
Trabalho cooperativo entre professores	37
8 - Resultados dos alunos	39
Taxa de abandono real	42
Percurso escolar de uma geração de alunos	42

CAPÍTULO III

A – O desempenho da escola	43
Instrumentos de autonomia da escola	43
Instrumentos de articulação curricular	46
Funcionamento dos órgãos de gestão	48
Estruturas pedagógicas	50
Avaliação	52
B – Recomendações	54
Anexos	59

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

A auditoria pedagógica, prevista na alínea a) do artigo 3.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 21/2002/A, de 26 de Julho, é uma modalidade de intervenção que permite uma dinâmica de controlo pedagógico, por uma equipa inspectiva, articulando a avaliação interna da escola com a avaliação externa.

Esta actividade realiza-se em conformidade com determinadas normas, métodos, procedimentos e princípios reconhecidos e aceites. Tem como objectivo expressar opinião sobre a correcção, a clareza e a suficiência das situações e documentos objectos de análise, servindo para conhecer pontos fracos existentes ao nível do controlo interno da unidade orgânica auditada e exercer acção pedagógica e de controlo sobre a mesma sem, contudo, ter como objectivo detectar erros e fraudes.

Enquadra-se, assim, numa filosofia que, sem esquecer a conformidade normativa, privilegia não só a compreensão das soluções e das iniciativas das escolas, como a necessidade de contextualizar certos aspectos, bem como a garantia de um melhor funcionamento e de melhores resultados no âmbito das respectivas autonomias.

Para além disso, a auditoria é, em si mesma, uma estratégia de diagnóstico e de resolução de problemas, com capacidade mobilizadora das comunidades educativas.

Assim sendo, contribui para melhorar a qualidade da educação, na medida em que permite a realização de um processo que é continuamente construído e reflectido.

Tratando-se de uma auditoria de carácter parcelar, o seu objecto centrou-se na organização do processo de avaliação dos alunos ao nível das disciplinas de Língua Portuguesa, Português A e B, Português e Literatura Portuguesa, quer na vertente pedagógica quer na organizacional, por constituir uma área de formação transdisciplinar, no âmbito do ensino básico.

A escolha desta área prendeu-se, ainda, com a importância que o processo de avaliação dos alunos desempenha no contexto do ensino/aprendizagem, sem esquecer que a avaliação, como elemento integrado, integrante e regulador da prática educativa, permite a recolha sistemática de informações, destinadas a apoiar a tomada de decisões adequadas à promoção da qualidade das aprendizagens.

OBJECTIVOS

A auditoria teve como objectivos:

1. Analisar o modo como a Escola Secundária Manuel de Arriaga organiza o processo de avaliação dos alunos.

Para isso foi necessário verificar se:

- Os documentos consolidadores da autonomia da escola contemplavam o domínio da avaliação dos alunos;
- Os critérios gerais de avaliação estavam definidos ao nível do conselho pedagógico, operacionalizados em conselho de departamento/grupo/disciplina /núcleo e aplicados em conselho de turma;
- Os critérios definidos contemplavam o domínio dos conhecimentos, competências, atitudes e valores;
- Os alunos e encarregados de educação eram intervenientes no processo de avaliação, de acordo com normas previstas no Regulamento Interno;
- Eram praticadas diferentes modalidades de avaliação;
- Eram utilizados meios de avaliação adequados e diversificados;
- Eram utilizadas diversas modalidades de apoio educativo;
- Os registos de avaliação dos alunos eram elaborados com clareza e em linguagem compreensível para os pais/encarregados de educação;
- A escola reflectia sobre os resultados obtidos pelos alunos;
- Essa reflexão conduzia a alterações na organização do processo de ensino/aprendizagem.

2. Fomentar procedimentos indutores da auto-avaliação da escola, através da avaliação externa, com vista ao controlo da qualidade educativa.

METODOLOGIA

A acção compreendeu a revisão e actualização prévias do material constante dos Cadernos I e II.

O Caderno I reúne um conjunto de materiais de suporte teórico e organizativo do projecto de Auditoria, com carácter de documento orientador. É um manual de apoio aos inspectores auditores, bem como aos agentes das próprias escolas, ao mesmo tempo que funciona como documento de registo da informação recolhida pela escola. Esta recolha constituiu uma fase de auto-avaliação da escola e serviu de base ao trabalho dos inspectores auditores.

O caderno II constitui o roteiro de trabalho da equipa inspectiva no terreno e contém a indicação do tipo de informação a obter.

A auditoria iniciou-se com o envio, pela Inspecção Regional de Educação, do ofício n.º 146, de 26 de Abril de 2006, a informar a unidade orgânica da sua selecção para o projecto de auditoria, bem como da data da primeira reunião a realizar com as respectivas estruturas.

Assim, e de acordo com os procedimentos a que uma auditoria deve obedecer, a reunião de apresentação da auditoria à comunidade educativa foi efectuada no dia 4 de Maio de 2006 pelos inspectores Maria Amélia Campos e Paulo Jorge Pereira, com a presença do Inspector Regional de Educação.

A auditoria realizou-se na unidade orgânica de 29 de Maio a 2 de Junho de 2006.

No âmbito do trabalho de campo procedeu-se:

1- À análise de documentos:

- Projecto Educativo da Escola (P.E.E.);
- Plano Anual de Actividades (P.A.A.);
- Regulamento Interno (R.I.);
- Actas da Assembleia de Escola;
- Actas do Conselho Executivo;
- Actas do Conselho Pedagógico, a partir de Março de 2005;
- Actas do Departamento Um;
- Actas da Coordenação dos Directores de Turma;
- Projecto Curricular de Escola;
- Projectos Curriculares de Turma;
- Pautas do 1.º período de duas turmas por ano de escolaridade;
- Cadernos de registo diário de actividades dos alunos, relativos às disciplinas de Língua Portuguesa do 3.º ciclo e de Português do ensino secundário;
- Processos individuais de alunos
- Dossiês de Directores de Turma;
- Dossiês das disciplinas de Língua Portuguesa e de Português;
- Livros de registo de sumários;

2- A entrevistas a elementos da escola:

- Presidente da Assembleia de Escola;
- Presidente do Conselho Executivo;
- Presidente do Conselho Pedagógico;
- Coordenador de Directores de Turma;
- Directores de Turma;
- Presidente da Associação de Pais.

Concluído o trabalho de campo, a equipa elaborou o pré-relatório, o qual foi enviado à unidade orgânica, para contraditório, aos onze dias do mês de Agosto de 2006, através do ofício n.º 305 da Inspeção Regional de Educação.

O pré-relatório apresentou uma primeira síntese da observação e das recolhas feitas, a fim de possibilitar um confronto de opiniões, uma vez que se tratava de uma visão externa à escola, confrontada com a visão interna da mesma.

CAPÍTULO II

1 - CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

Identificação: Escola Secundária Manuel de Arriaga

A Escola Secundária Manuel de Arriaga situa-se na Rua Vasco da Gama, 9901-859 Horta, concelho da Horta, com o telefone n.º 292202130, fax n.º 292 202135 e correio electrónico: es.marriaga@azores.gov.pt

Atendendo à dispersão geográfica que caracteriza a Ilha do Faial, esta unidade orgânica serve uma população escolar não só oriunda de meios rurais, dispersos, como também do meio urbano.

Regime de funcionamento

Todos os estabelecimentos funcionam em regime normal, iniciando a sua actividade às 08:30 horas e terminando-a às 16:25 horas, interrompendo para almoço das 13:25 às 14:00 horas.

Como nesta escola funciona o ensino recorrente, este tem o seu início às 19:00horas, terminando às 23:00horas.

O tempo real de abertura semanal da escola é de 70 horas, em conformidade com os dados fornecidos pela Escola.

Órgãos de administração e gestão

Os órgãos de administração e gestão da escola encontram-se devidamente instalados e desempenham as suas competências de acordo com o definido no Decreto-Lei n.º 115-A/98, de 4 de Maio, alterado pela Lei n.º 24/99, de 22 de Abril, aplicado à Região pelo Decreto Legislativo Regional n.º 18/99/A, de 21 de Maio, então em vigor, e mais recentemente pelo Decreto Legislativo Regional n.º 12/2005/A, de 16 de Junho, alterado posteriormente pelo Decreto Legislativo Regional n.º 35/2006/A, de 6 de Setembro, que estabelece o regime jurídico da criação, autonomia e gestão das unidades orgânicas do sistema educativo da Região Autónoma dos Açores.

2 - POPULAÇÃO ESCOLAR

A população escolar da Escola Secundária Manuel de Arriaga, aqui referenciada ao final do 1.º período do ano lectivo de **2004/2005**, é constituída por **870** alunos, sendo **516** do 3.º ciclo do ensino básico, **179** dos cursos do ensino secundário criados ao abrigo do previsto no Decreto-Lei n.º 74/2004, de 26 de Março, **99** dos cursos do ensino secundário criados ao abrigo do previsto no Decreto-Lei n.º 286/89, de 29 de Agosto e **76** do ensino recorrente.

Distribuição da população escolar

Os gráficos 1 e 2 apresentam a população escolar que a ES Manuel de Arriaga abrange.

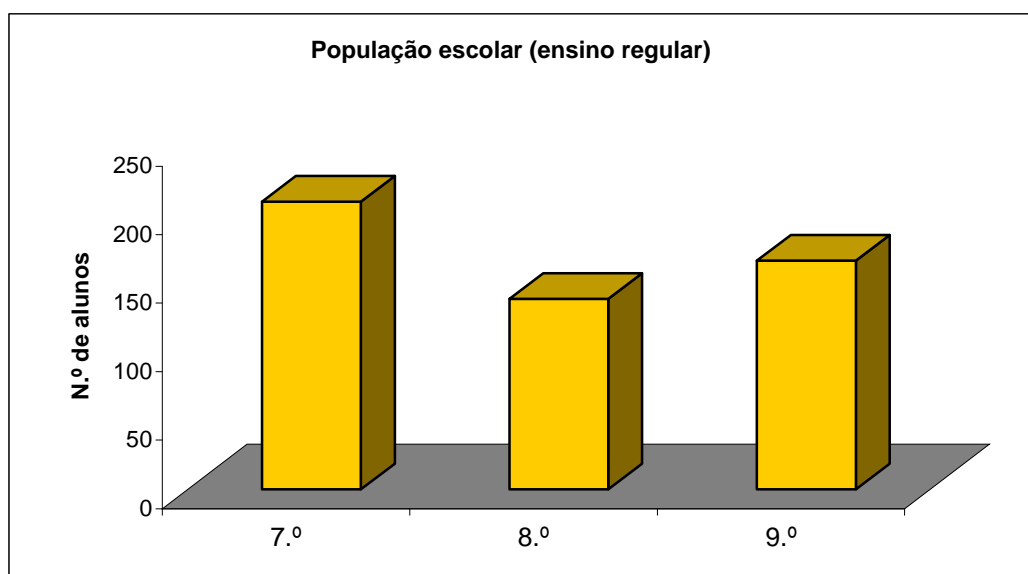


Gráfico 1

Da leitura do gráfico 1, verifica-se a existência de um total de **516** alunos que frequentam o 3.º ciclo do ensino básico, sendo o 7.º ano o que se apresenta com maior número, quando comparado com os restantes anos do ciclo.

Dimensão e constituição das turmas

A dimensão e a constituição de turmas obedecem ao regulamentado.

Existe, no 9.º ano de escolaridade, uma turma constituída por 21 alunos retidos, alunos estes que estão fora da escolaridade obrigatória e que frequentam apenas algumas disciplinas, com vista a concluírem o respectivo ciclo de ensino.

3.º ciclo do ensino básico

A distribuição das turmas no gráfico 2 permite-nos uma leitura mais cuidada da mesma.

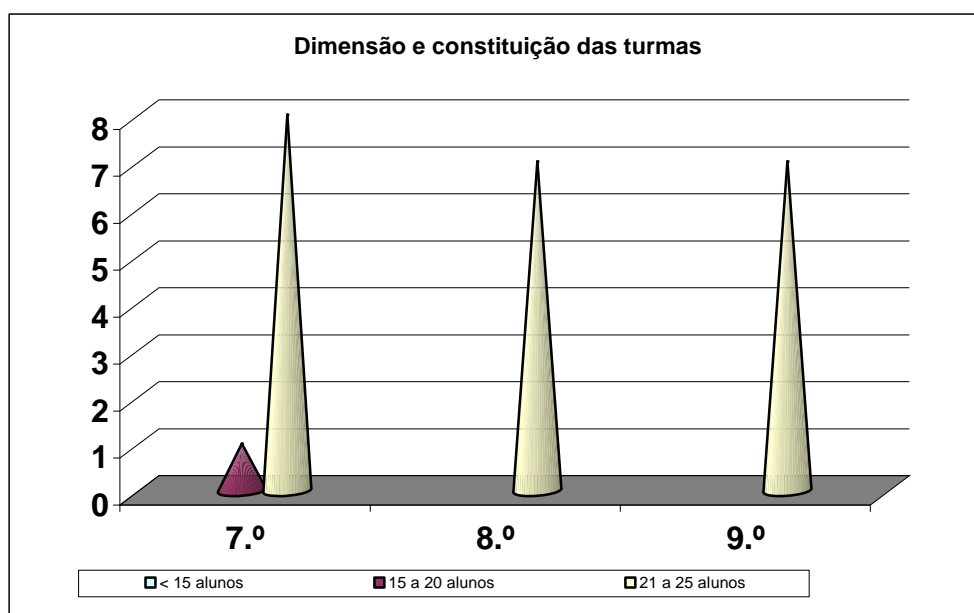
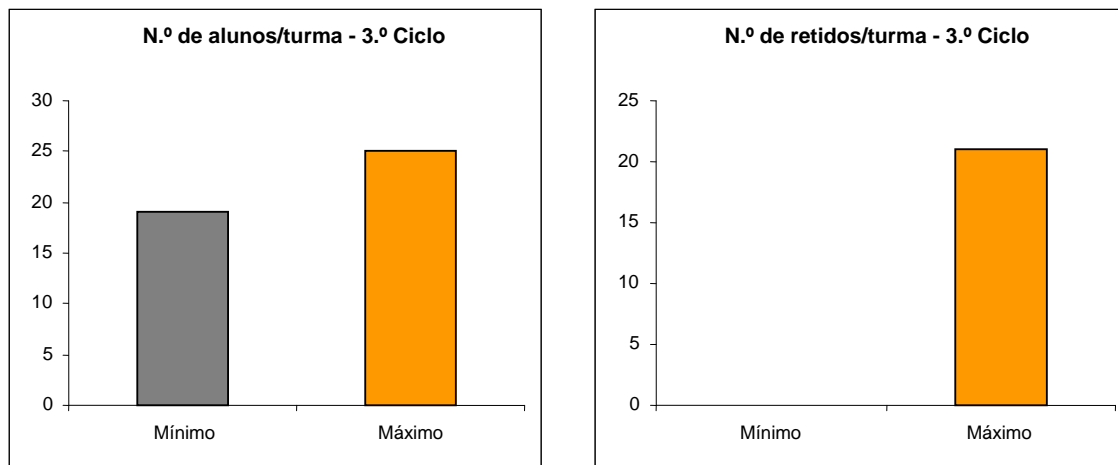


Gráfico 2

As 22 turmas do 3.º ciclo são constituídas por um número de alunos que oscila entre os 15 a 20 e os 21 a 25, havendo uma turma com menos de 21 alunos.

Constata-se, desta forma, um total de **516** alunos que correspondem, respectivamente, a **210**, **139** e **167** do 7.º, 8.º e 9.º anos.

N.º mínimo e máximo de alunos turma/n.º mínimo e máximo de alunos retidos por turma**Gráfico 3**

O gráfico 3 permite-nos ver e comparar, por ciclo, o número máximo e mínimo de alunos por turma com o número mínimo e máximo de alunos retidos, também por turma.

Enquanto que os primeiros variam ente 19 e 25 alunos, os segundos variam entre 0 e 21 alunos, sendo certo que os 21 alunos retidos são os que constituem uma turma de 9.º ano, frequentando um programa específico de conclusão de ciclo, ao abrigo do n.º 8 do artigo 15.º do Anexo à actual Portaria n.º 72/2006, de 24 de Agosto.

Ensino secundário

No ensino secundário, nomeadamente nos 10.ºs e 11.ºs anos, foram criados cursos de acordo com o previsto no Decreto-Lei n.º 74/2004, de 26 de Março. No quadro que se segue pode verificar-se, de forma detalhada, a distribuição dos alunos do 10.º e 11.º anos, nos cursos científico-humanísticos.

Quadro 1

Anos de escolaridade	N.º de turmas	Cursos científico-humanísticos				
		Ciências e tecnologias	Ciências socioeconómicas	Ciências sociais e humanas	Línguas e literaturas	Curso de artes visuais
10.º	5	3	1*	1		1*
11.º	4	1a)+1b)+1	1a)	1c)	1b)	1c)
Totais	9					

No mesmo quadro, ainda se lê que os grupos sinalizados com asterisco (*) pertencem à mesma turma, assim como os sinalizados com as alíneas a), b) e c).

O quadro 2 apresenta o número de alunos em situação de retenção por ano/course relativos aos 10.º e 11.º anos.

Quadro 2

Anos de escolaridade	N.º de turmas	Cursos científico-humanísticos				
		Ciências e tecnologias	Ciências socioeconómicas	Ciências sociais e humanas	Línguas e literaturas	Curso de artes visuais
10.º	-	3	1	4		3
11.º	-	3		3		4
Totais	-	6	1	7		7

Os quadros seguintes, 3 e 4, apresentam a dimensão e constituição de turmas referentes à formação geral e específica

Assim, no âmbito da Formação Geral, dominam as turmas constituídas por um número de alunos que oscila entre os 15 e 20, quer a nível do 10.º quer do 11.º ano, existindo também, a nível do 11.º ano, 3 turmas com alunos que oscilam entre os 21 a 25.

Quadro 3

Anos de escolaridade	N.º de alunos	N.º de turmas por escalão e dimensão			
		< 15 alunos	15 a 20 alunos	21 a 25 alunos	26 a 34 alunos
10.º	97		4		1
11.º	82		1	3	
Totais	179		5	3	1

N.º mínimo e máximo de alunos turma/n.º mínimo e máximo de alunos retidos por turma

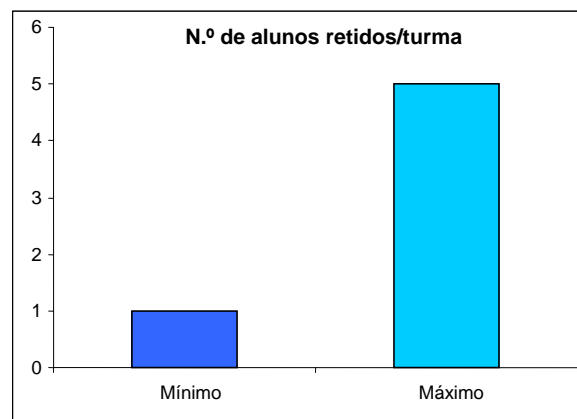
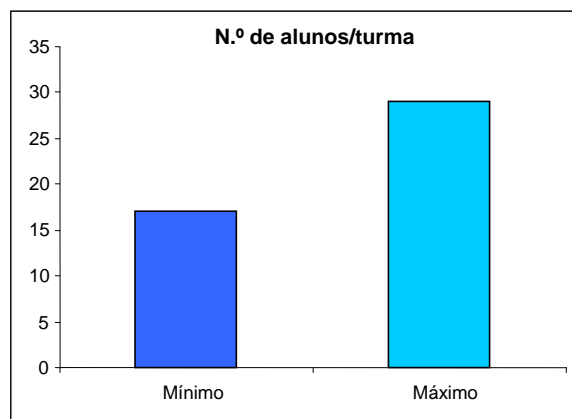


Gráfico 4

O gráfico 4 permite-nos ver e comparar, num universo de **179** alunos em 2 anos de escolaridade, o número máximo e mínimo de alunos por turma com o número mínimo e máximo de alunos retidos, também por turma.

Em turmas cujo número de alunos oscila entre 17 e 29, o n.º de alunos retidos varia entre 1 e 5, considerando os dados fornecidos pela escola.

No âmbito da Formação Específica, dominam as turmas constituídas por um número de alunos que oscila entre os 15 e 20, quer a nível do 10.º quer do 11.º ano.

Quadro 4

Anos de escolaridade	N.º de alunos	N.º de turmas por escalão e dimensão			
		< 15 alunos	15 a 20 alunos	21 a 25 alunos	26 a 34 alunos
10.º	97		4		1
11.º	73		3	1	
Totais	170		7	1	1

N.º mínimo e máximo de alunos turma/n.º mínimo e máximo de alunos retidos por turma

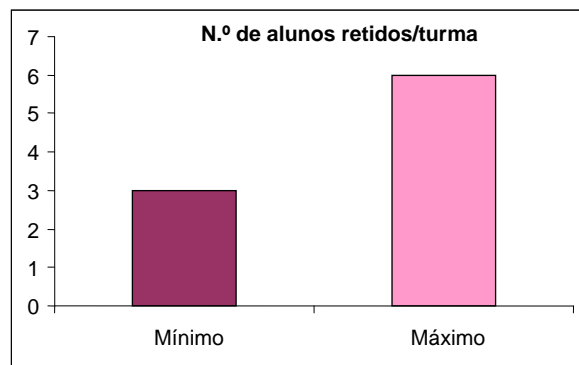
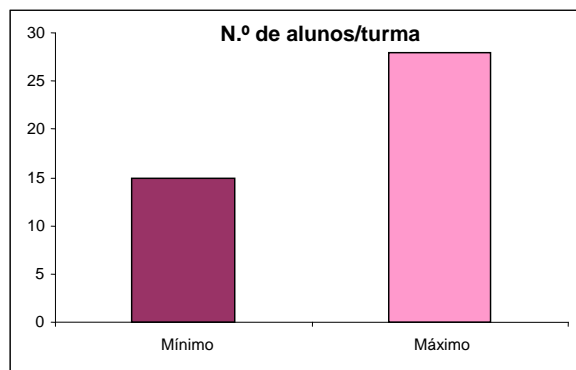


Gráfico 5

O gráfico 5 permite-nos ver e comparar, no âmbito do tipo de formação em causa, por anos de escolaridade (10.º e 11.º anos), o número máximo e mínimo de alunos por turma com o número mínimo e máximo de alunos retidos, também por turma.

Nas turmas cujo número de alunos oscila entre 15 e 28 alunos, o n.º de alunos retidos varia entre 3 e 6 alunos, considerando os dados fornecidos pela escola.

No âmbito dos cursos criados ao abrigo do previsto no Decreto-Lei n.º 286/89, de 29 de Agosto, pode verificar-se a respectiva distribuição, no quadro que se segue, por ano e por agrupamento.

Quadro 5

Anos de escolaridade	N.º de turmas	CSPOPE – N.º de alunos				CSPOVA – N.º de alunos			
		Agrup. 1	Agrup. 2	Agrup. 3	Agrup. 4	Agrup. 1	Agrup. 2	Agrup. 3	Agrup. 4
12.º	4	1a)+1b)+1	1a)	1b)	1				
Totais	4								

Verifica-se, desta forma, que os agrupamentos sinalizados com as alíneas a) e b) correspondem à mesma turma e não existem alunos a frequentar o CSPOVA.

N.º de alunos retidos por agrupamento/ano

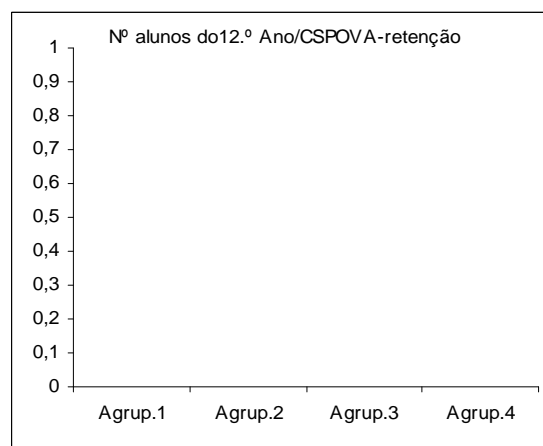
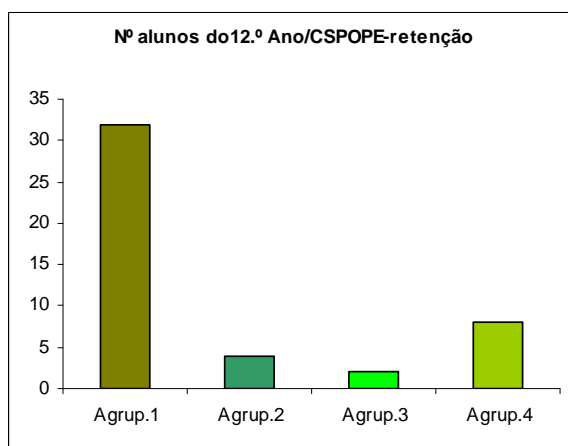


Gráfico 6

O gráfico 6 permite-nos ver no âmbito dos cursos CSPOPE e CSPOVA, no 12.º ano de escolaridade, o número máximo e mínimo de alunos por turma em situação de retenção. Desta forma sobressai o n.º de alunos retidos no agrupamento um, no total de 32, quando comparado com os restantes agrupamentos do CSPOPE, uma vez que, pela não existência de alunos matriculados no CSPOVA, não existem retenções nessa modalidade.

Os quadros que se seguem permitem observar a dimensão e a constituição das turmas do 12.º ano, tanto na Formação Geral como na Específica.

Assim, no âmbito da Formação Geral, verifica-se um equilíbrio entre as turmas constituídas por um número de alunos que oscila entre os 15 e 20 e as constituídas por um n.º entre os 21 a 25 alunos. O quadro 6 permite-nos esta observação com pormenor.

Quadro 6

Anos de escolaridade	N.º de alunos	N.º de turmas por escalão de dimensão				
		< 15 alunos	15 a 20 alunos	21 a 25 alunos	26 a 34 alunos	> 34 alunos
12.º	80		2	2		
Totais	80		2	2		

N.º mínimo e máximo de alunos turma/n.º mínimo e máximo de alunos retidos por turma

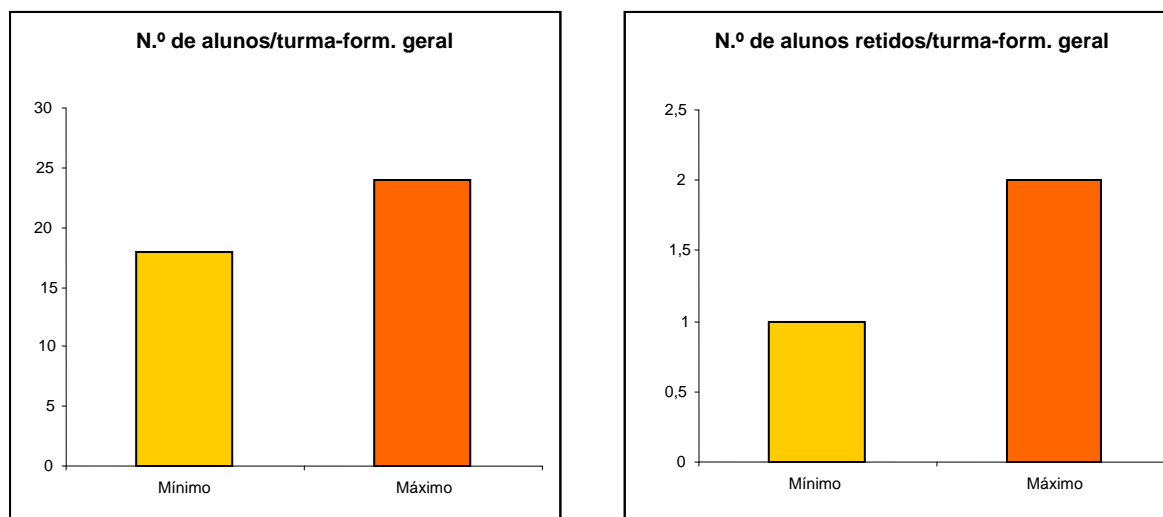


Gráfico 7

Relativamente aos alunos que frequentam a Formação Geral, o gráfico 7 permite-nos ver, no âmbito do tipo de formação em causa, tanto o número máximo e mínimo de alunos por turma com o número mínimo e máximo de alunos retidos, também por turma.

Enquanto que o primeiro varia entre 18 e 24 alunos, o segundo varia entre 1 e 2 alunos, tendo como referência os dados fornecidos pela escola.

Na Formação Específica, verifica-se, igualmente, um equilíbrio entre as turmas constituídas por um número de alunos que oscila entre os 15 e 20 e os 26 a 34 alunos.

Quadro 7

Anos de escolaridade	N.º de alunos	N.º de grupos por escalão de dimensão				
		< 15 alunos	15 a 20 alunos	21 a 25 alunos	26 a 34 alunos	> 34 alunos
12.º	99		1		3	
Totais	99		1		3	

N.º mínimo e máximo de alunos grupo/n.º mínimo e máximo de alunos retidos por grupo

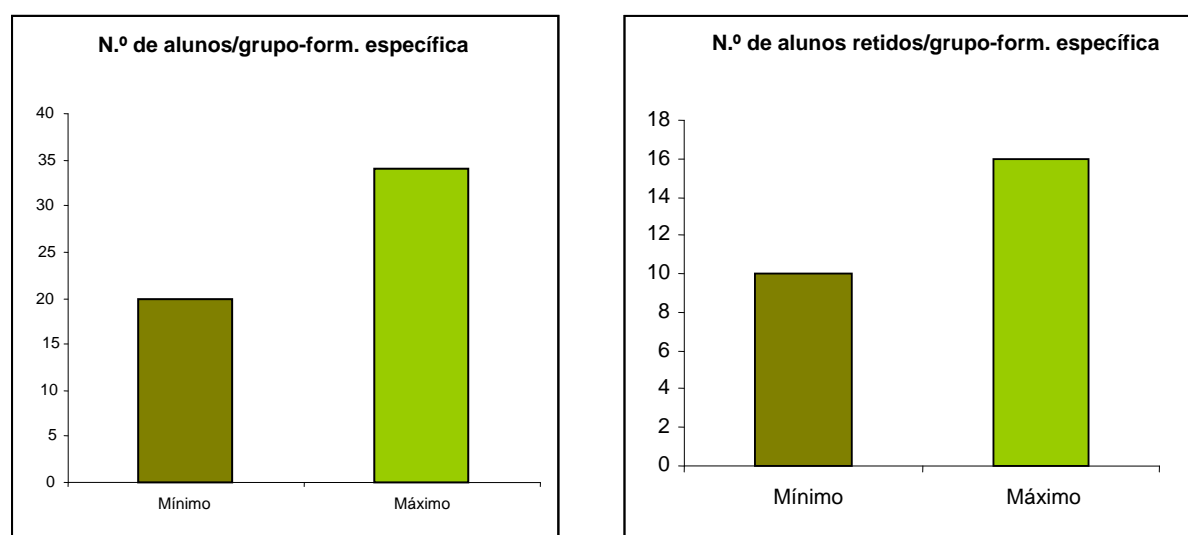


Gráfico 8

Relativamente aos alunos que frequentam a Formação Específica, o gráfico 8 permite-nos ver e comparar, no âmbito deste tipo de formação, o número máximo e mínimo de alunos por grupo com o número mínimo e máximo de alunos retidos.

Enquanto que o primeiro varia entre 20 e 34 alunos, o segundo varia entre os 10 e os 16 alunos, tendo como referência os dados fornecidos pela escola.

Em síntese, poder-se-á dizer que, tanto o número de alunos que constituem os grupos, como o número de alunos retidos por grupo são em maior número no âmbito da Formação Específica.

Deve, ainda, notar-se a sobrecarga em número de docentes e espaços, sobretudo num estabelecimento onde isso é um problema difícil de conciliar, que a coexistência de duas formações no ensino regular secundário acarreta.

Ensino Recorrente

A nível do ensino recorrente a Escola serve uma população de **76** alunos, sendo 65 do 3.º ciclo e 11 do ensino secundário.

O gráfico 9 apresenta a população em causa e a respectiva distribuição por turmas.

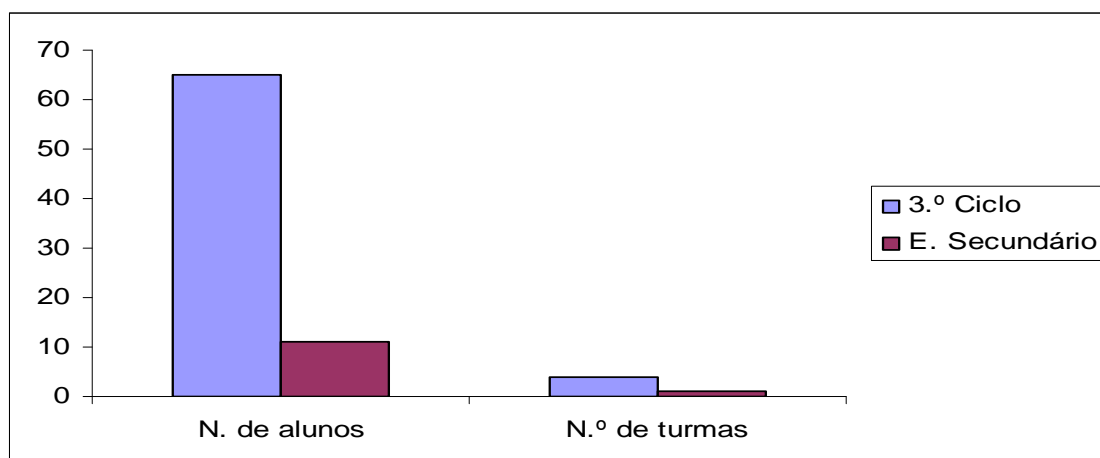


Gráfico 9

Enquadramento sociocultural das famílias

Nível de escolaridade dos pais

Neste âmbito é de referir que num universo de **1458** pais e mães, em que **720** corresponde à quantidade de pais inquiridos e **738** às mães inquiridas, apenas **12** não sabem ler e escrever, com tendência significativa para os pais (10). No entanto, dominam os pais com o 4.º ano de escolaridade, com tendência significativa também para os pais. Regista-se um número com algum significado de pais que apresentam habilitações académicas ao nível do ensino superior, num total de **159** com tendência para as mães (**90**).

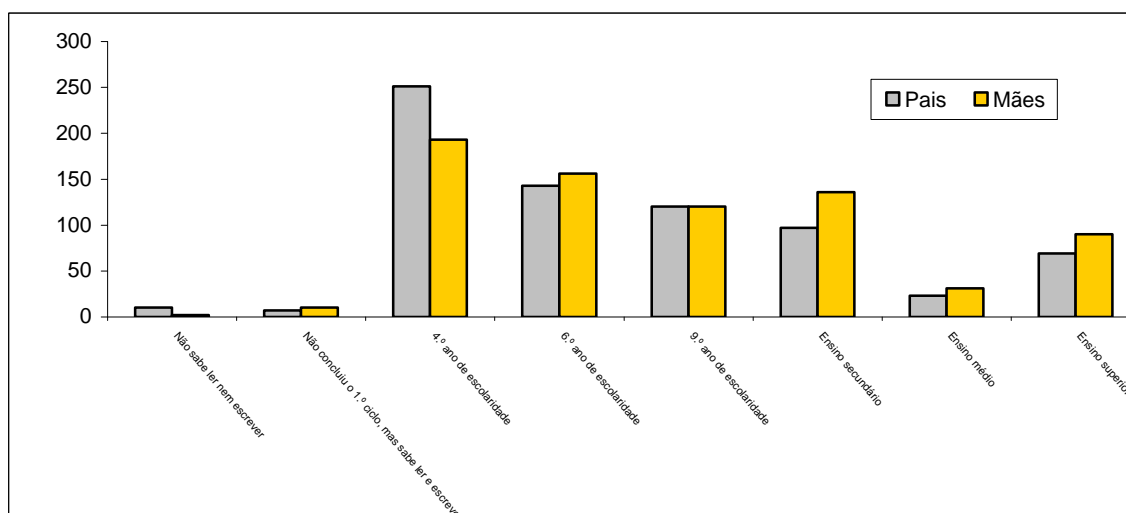


Gráfico 10

O gráfico 10 mostra, no total de inquiridos, a diferença de habilitações académicas existente entre pais e mães. Verifica-se, assim, que o nível de habilitações académicas das mães é tendencialmente superior ao dos pais.

Nível profissional das famílias

O gráfico 11 dá-nos a possibilidade de comparar as mães e pais, no que concerne à actividade profissional exercida.

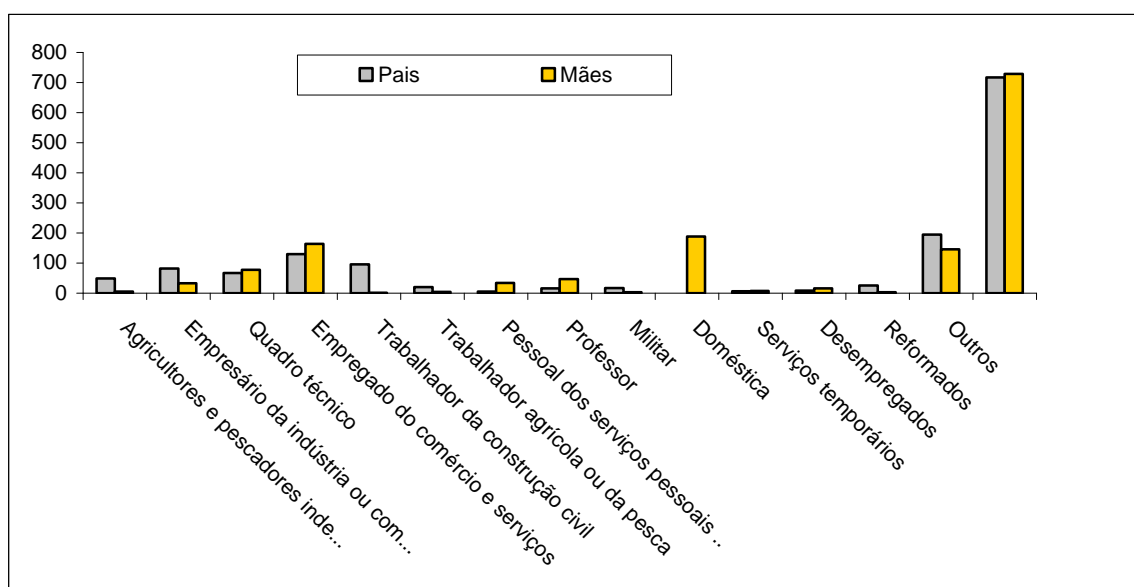


Gráfico 11

Assim, a amostra recolhida junto dos pais revela uma dispersão pelos vários sectores de actividade, abrangendo, com significado, as áreas de empregado de comércio e serviços (**130** pais e **164** mães) e outros (**195** pais e **146** mães), para ambos os progenitores. As mães situam-se predominantemente na actividade doméstica (**188**).

3 - RECURSOS HUMANOS

Caracterização do pessoal docente

Os recursos humanos aqui considerados reportam-se aos valores existentes na Escola Secundária Manuel de Arriaga, no ano lectivo de 2005/2006. Assim, à data desta actividade, existiam **100** docentes.

Categorias profissionais

O gráfico 12 apresenta a distribuição dos docentes da unidade orgânica, nas respectivas categorias profissionais.

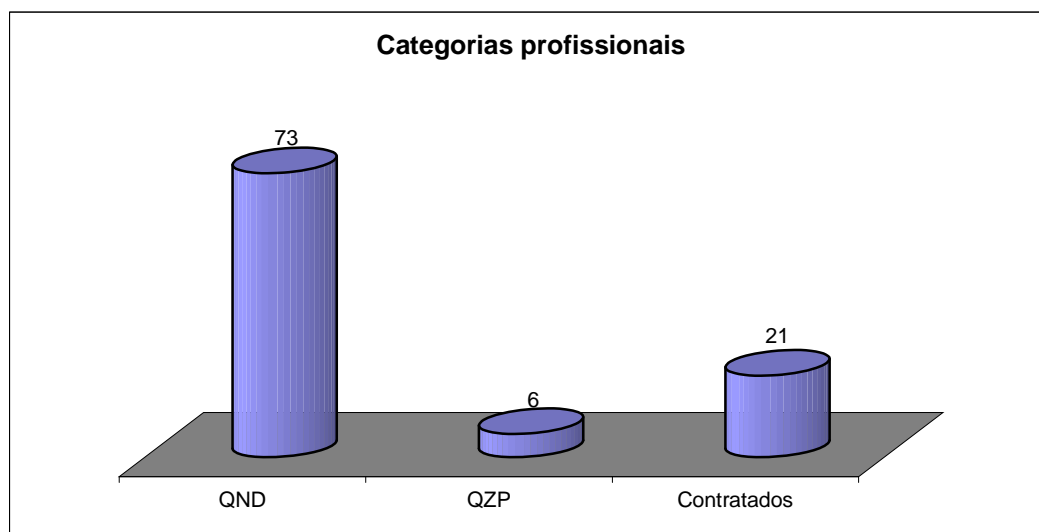


Gráfico 12

O gráfico 12 mostra-nos que os docentes em serviço efectivo na Escola Secundária Manuel de Arriaga são, de forma significativa, docentes de nomeação definitiva do quadro de Escola, apesar de ainda haver **21** docentes contratados.

A nível de qualificação profissional, pode-se afirmar que os docentes da Escola em questão são maioritariamente profissionalizados, uma vez que apenas existem **3** com habilitação própria e **2** com habilitação suficiente.

Experiência e antiguidade profissional

No âmbito da experiência profissional, e de acordo com os dados do Caderno I apresentados pela Escola, sobressai um número de docentes que tem entre **5 a 10** e **10 a 20** anos de serviço, num total de **32** e **31**, respectivamente.

No que concerne à antiguidade de serviço dos professores na Escola, verifica-se que o grupo com maior representatividade se situa entre **0 a 1** ano de serviço, seguindo-se os que têm entre **1 a 5** anos. Com mais de **20** anos, apenas encontramos um total de **14** docentes.

O gráfico 13 permite uma leitura por número de professores, de acordo com os dados fornecidos pela escola, quer a nível de experiência profissional quer a nível de antiguidade na escola.

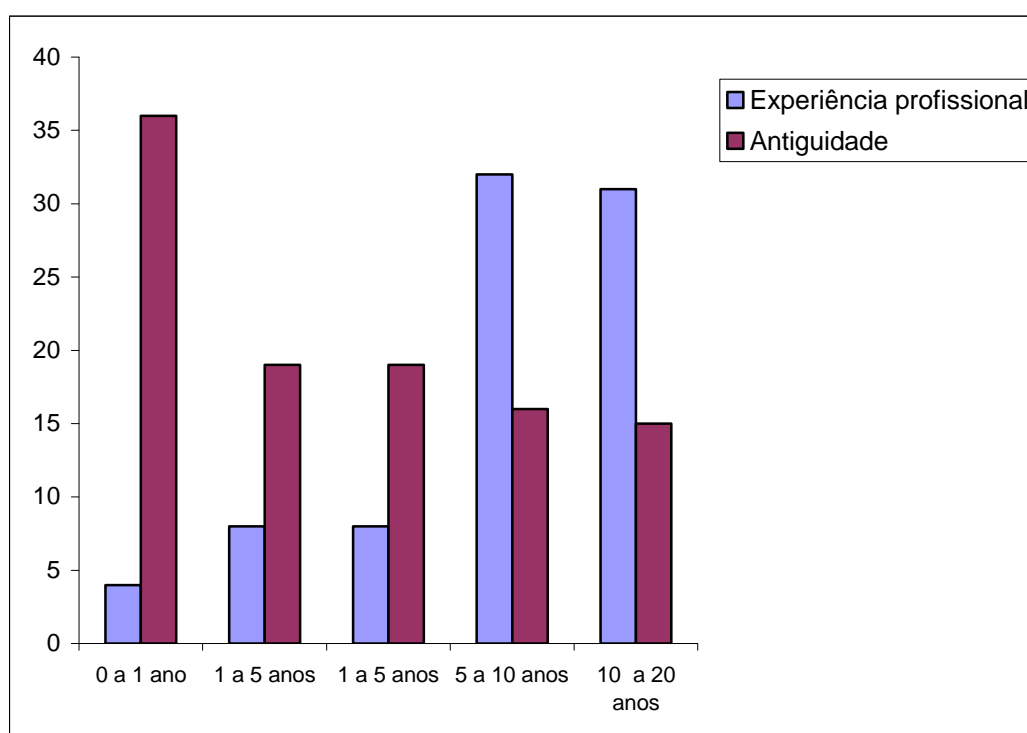


Gráfico 13

Em termos globais, pode-se dizer que o corpo docente da EBS Manuel de Arriaga apresenta uma experiência profissional relativamente baixa, sendo igualmente baixa a sua antiguidade na unidade orgânica.

Foram atribuídos **96** semanários-horários completos e **1** incompleto, de um total de **97** horários existentes.

Distribuição do serviço docente

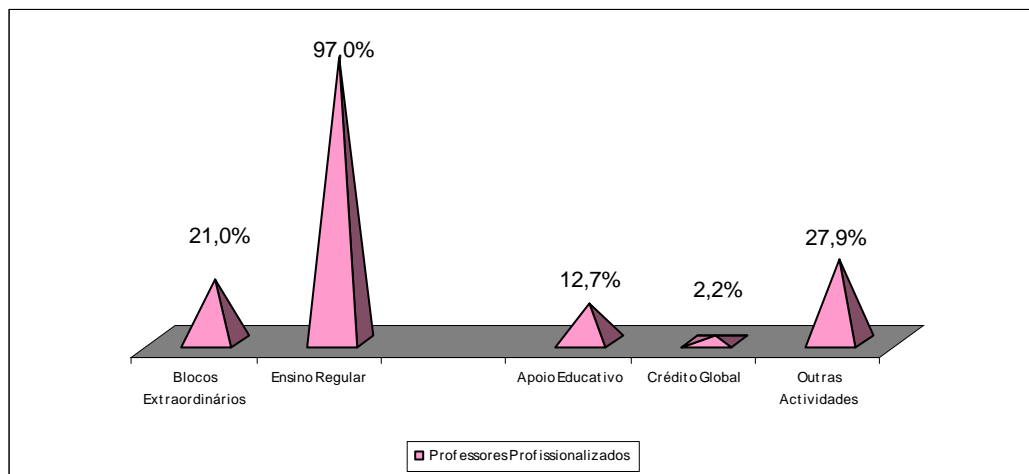


Gráfico 14

Como se pode verificar no gráfico 14, os docentes profissionalizados estão na sua maioria a leccionar ao nível do ensino regular, tendo-lhes sido atribuído, por conseguinte, o maior volume de segmentos da componente lectiva ou equivalente (**1775**), o que corresponde a **97%** do total de **1809** segmentos.

Caracterização do pessoal não docente

Pessoal não docente e categoria profissional

Existem **43** funcionários do quadro, conforme a distribuição verificada no gráfico seguinte.

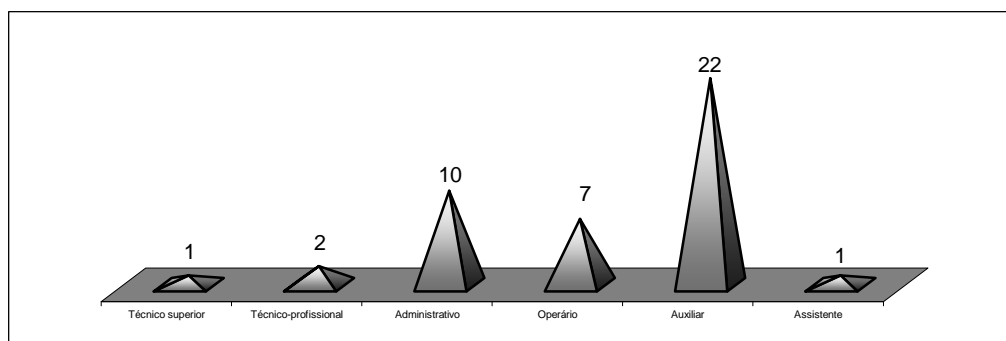


Gráfico 15

A apreciação do gráfico 15 permite-nos verificar que o pessoal auxiliar totaliza **22** elementos, os quais constituem uma maioria significativa, quando comparados com as restantes categorias de funcionários da escola.

O rácio pessoal auxiliar/alunos é de **0,03**.

Satisfação do pessoal docente, discente, não docente e encarregados de educação

Como complemento da informação relativa aos dados quantitativos dos recursos humanos da escola, interessou também analisar dados de carácter qualitativo, sendo que um deles se prende com o grau de satisfação sentida pelas pessoas que trabalham na escola.

Entende-se este dado como essencial, não só porque é condição indispensável para a realização de um trabalho de qualidade, mas também porque afecta o trabalho individual, para além de ser o resultado de um conjunto de circunstâncias que directa ou indirectamente vai influenciar o clima da própria escola.

Nível de satisfação dos professores

Neste sentido, relativamente ao nível de satisfação dos professores, verifica-se que os **93** inquiridos atribuíram, de um modo geral, o nível mais elevado de classificação aos indicadores que lhes foram apresentados.

É de salientar que **62** respondentes não concordam/não têm opinião sobre a questão «mesmo que pudesse, não mudava de escola» **38** e **24**, respectivamente.

O gráfico 16 oferece uma visão de conjunto das respostas.

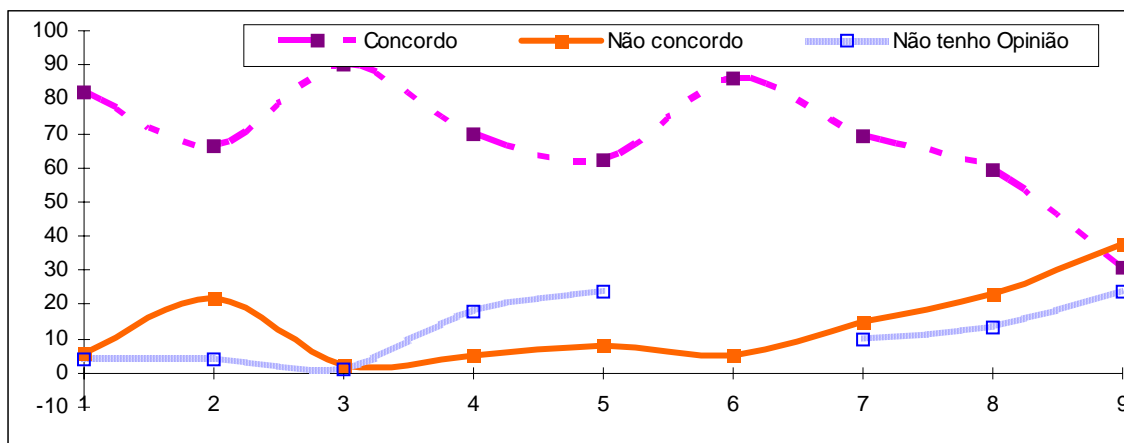


Gráfico 16 – cfr. legenda nos anexos

Nível de satisfação dos alunos

Para saber do nível de satisfação desta população, foram inquiridos **747** alunos.

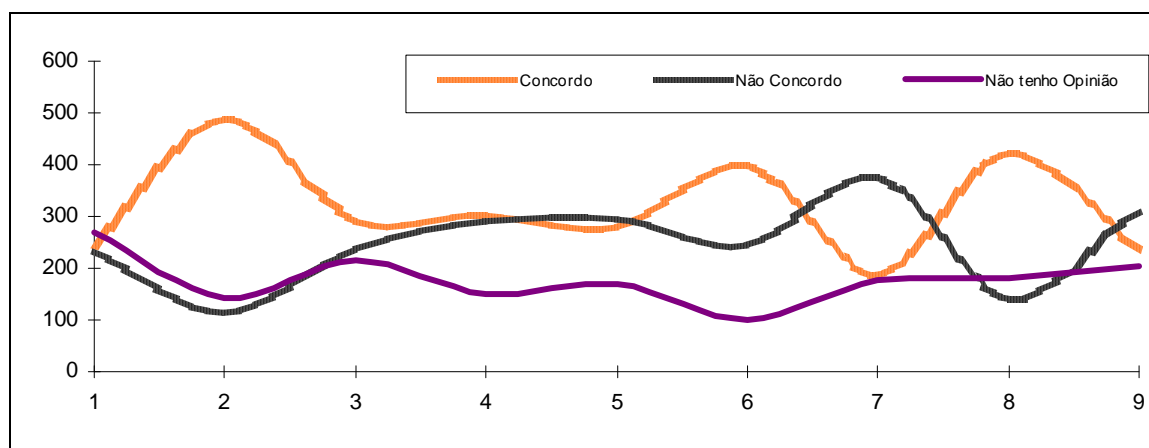


Gráfico 17 – cfr. legenda nos anexos

Verificou-se que as respostas se dispersaram pelos três graus da escala apresentados, havendo uma quantidade de inquiridos, com algum significado, que não tem uma visão positiva da escola. Em todo o caso prevalece a visão positiva sobre a mesma.

Saliente-se que os indicadores que obtiveram o maior número de respostas concordantes foram os que se prendem, sobretudo, com a disponibilidade dos professores para expor a matéria com clareza, tirar dúvidas e o seu grau de exigência, bem como a

informação com antecedência sobre tudo o que interessa aos alunos e diz respeito à vida da escola.

É de notar também que **312** alunos não concordam com a proposição “mesmo que pudesse, não mudava de escola”, o que é sintomático em termos de insatisfação desta franja de população discente.

Saliente-se ainda que existe um número considerável de alunos que não tem opinião sobre os indicadores que lhes foram apresentados, sobressaindo os que se referem à escolha da área de estudos, os apoios da escola em função das necessidades dos alunos, a não mudança de escola mesmo que pudessem e ainda o grau de exigência da escola.

Nível de satisfação do pessoal não docente

Relativamente ao pessoal não docente responderam ao questionário **37** funcionários.

Pode-se dizer que, apesar de haver dispersão dos respondentes, as respostas apontam, de um modo geral, no sentido da população inquirida se sentir satisfeita.

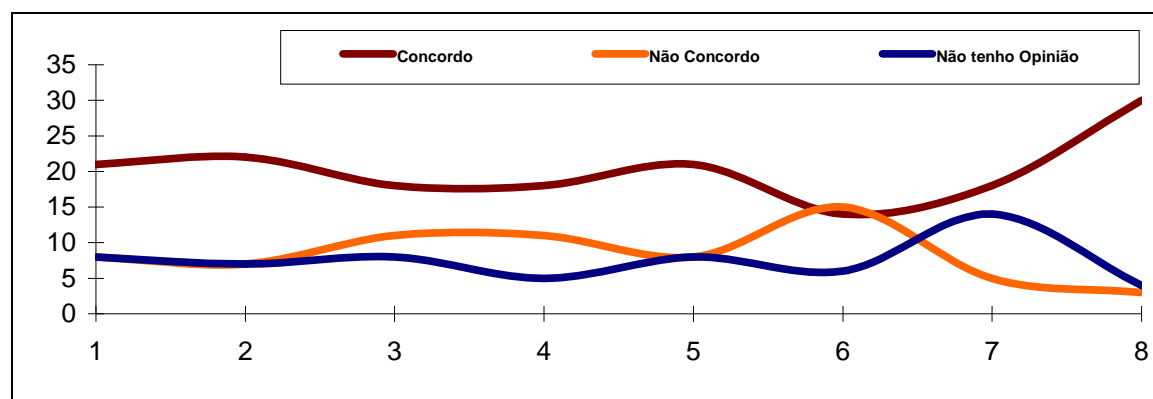


Gráfico 18 - cfr. legenda nos anexos

O pessoal não docente refere, de forma significativa, que «trabalham no lugar certo», dividindo, por outro lado, a sua opinião relativamente ao facto de sentirem que os alunos não respeitam o seu trabalho.

Nível de satisfação dos pais/encarregados de educação

Foram inquiridos **532** pais/encarregados de educação, a fim de saber do seu nível de satisfação relativamente à escola dos seus educandos.

O gráfico 19 mostra-nos de forma mais detalhada o nível de satisfação da população que constituiu a amostra.

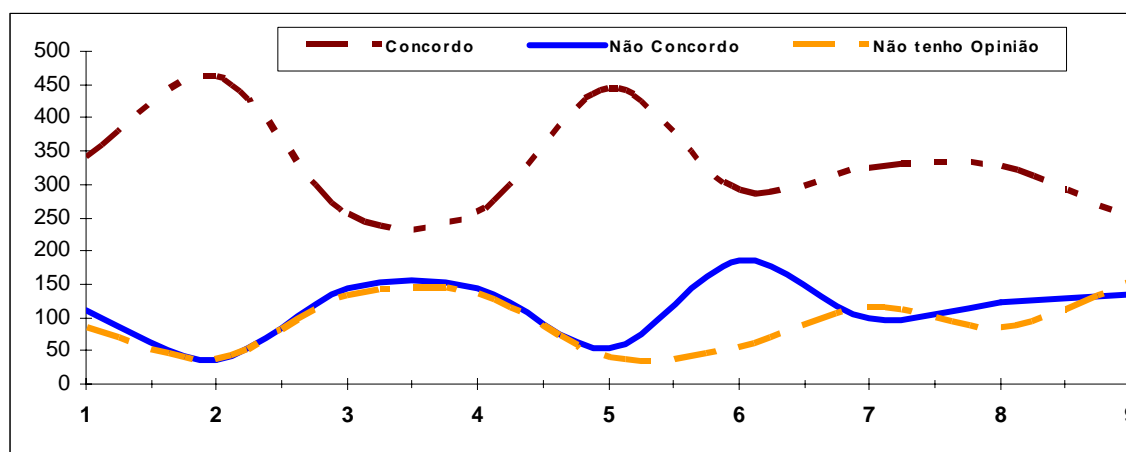


Gráfico 19 – cfr. legenda nos anexos

Da análise do mesmo constata-se que o grau de satisfação dos pais para com a escola se situa no nível mais elevado da escala utilizada no inquérito, uma vez que registamos respostas que oscilaram entre **461** e **245**, o que nos permite concluir que os pais, na sua generalidade, estão satisfeitos com a escola dos filhos.

Sobressai de forma positiva o facto deles considerarem ser “fácil contactar com o Director de Turma ou com o Conselho Executivo”, que “os seus filhos aprendem na escola”, que “a escola lhes inspira confiança”, que “os seus educandos estão em segurança”, que são devidamente informados e que “as reuniões da escola são úteis”.

Registe-se também que **187** pais não consideram que a escola lhes “envia informação sobre as suas actividades”, **145** que “os docentes são exigentes» e **143** sentem que “os serviços de apoio e o pessoal não docente não satisfazem as necessidades dos seus educandos”, para além de **134** pais referirem que “se pudessem mudavam os filhos para outra escola”.

Saliente-se ainda um número de pais inquiridos, oscilando entre os **37** e os **153**, que não apresentam opinião sobre o nível de satisfação sobre a escola dos seus filhos.

4 - RECURSOS FÍSICOS

Espaços

A unidade orgânica possui, no total, 31 salas normais, consideradas em bom estado de conservação e apetrechamento, com razoável adequação, e 7 salas específicas, consideradas em bom estado de conservação e com razoável adequação e apetrechamento.

A quase totalidade dos restantes espaços e instalações existentes na EBS Manuel de Arriaga encontra-se, de acordo com a unidade orgânica, em bom estado de conservação, exceptuando apenas o gimnodesportivo e os balneários, considerados em razoável estado de conservação, embora com adequação considerada deficiente.

Apesar de a maioria dos espaços e instalações possuir um bom grau/intensidade de utilização, a sua adequação e apetrechamento oscilam entre o deficiente e o razoável, exceptuando apenas o Gabinete de Psicologia e Orientação e a Sala de Directores de Turma/Atendimento aos Encarregados de Educação.

Não existe na unidade orgânica um espaço para a associação de alunos.

A Biblioteca da unidade orgânica, com deficiente adequação e apetrechamento, tem uma taxa de funcionamento de 53%, possui **15439** títulos, tendo sido efectuada, nos últimos dois anos, a aquisição de **112** títulos. A unidade orgânica dispõe ainda de Centro de Recursos.

Equipamentos

A unidade orgânica dispõe de equipamento tecnológico operacional, visível de forma mais objectiva no gráfico seguinte:

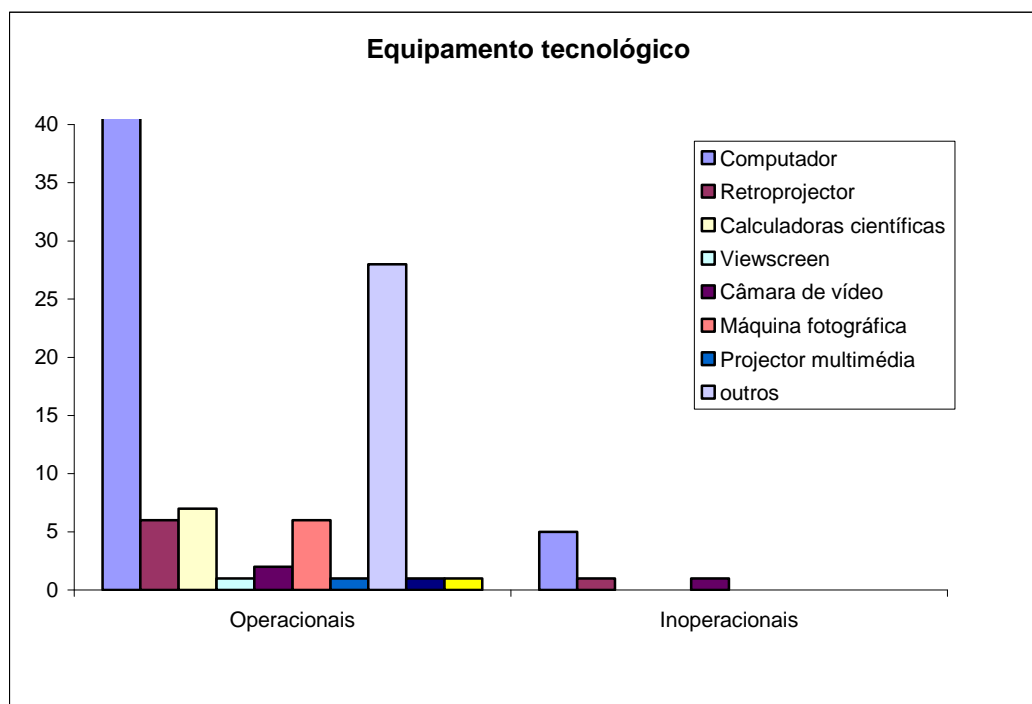


Gráfico 16

Verifica-se que todo o equipamento tecnológico existente na unidade orgânica se encontra operacional, exceptuando, de modo mais relevante, 8 computadores e 2 retroprojectores.

Qualidade e bem-estar das instalações

Foi também importante saber até que ponto alunos, professores e pessoal não docente se sentem bem no espaço escolar: Para o efeito foram distribuídos questionários que permitiram avaliar o nível da qualidade e de bem-estar das instalações.

Nível de qualidade e bem-estar dos alunos:

Os gráficos mostram o posicionamento dos inquiridos:

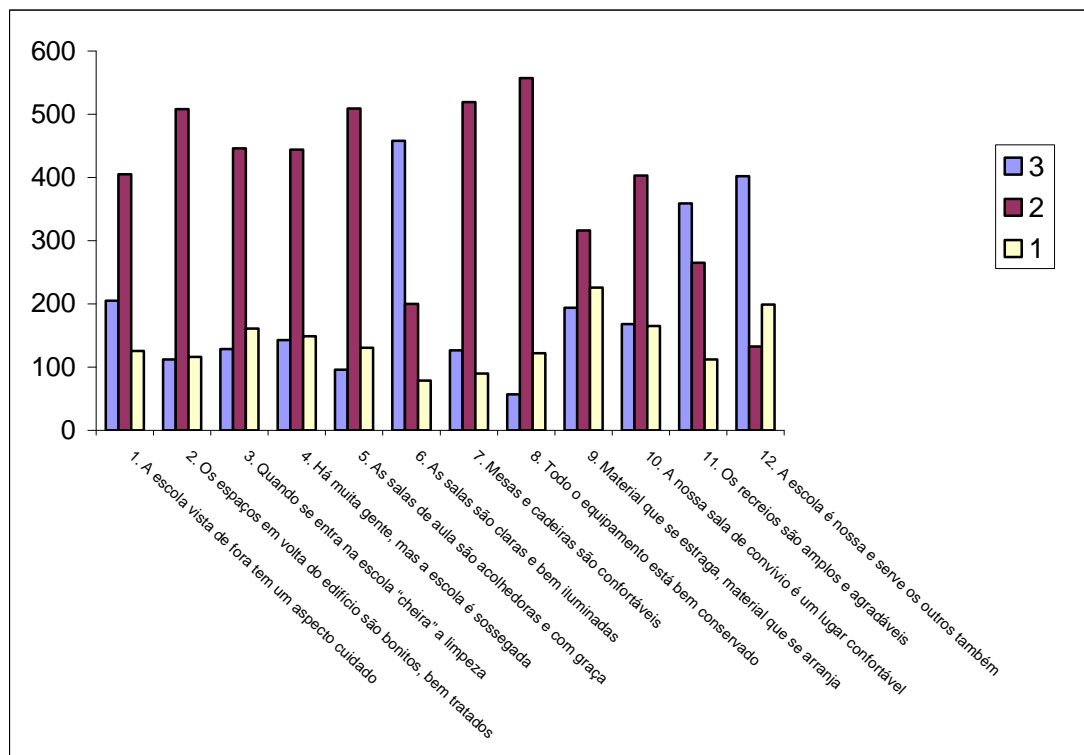


Gráfico 17

Verifica-se, pela leitura do gráfico, que os alunos inquiridos assinalaram maioritariamente com *não concordo* as afirmações apresentadas, sobressaindo, assim, uma considerável insatisfação dos inquiridos em relação ao nível de qualidade e bem-estar oferecidos pela sua unidade orgânica.

Foram as afirmações números 6, 11 e 12 que mereceram, porém, maior concordância por parte dos inquiridos, traduzindo satisfação nomeadamente em relação à clareza e iluminação das salas de aula e à amplitude dos recreios.

Observou-se ainda um significativo número de inquiridos que, face às questões com que foram confrontados, afirmaram não ter opinião.

Nível de qualidade e bem-estar dos professores:

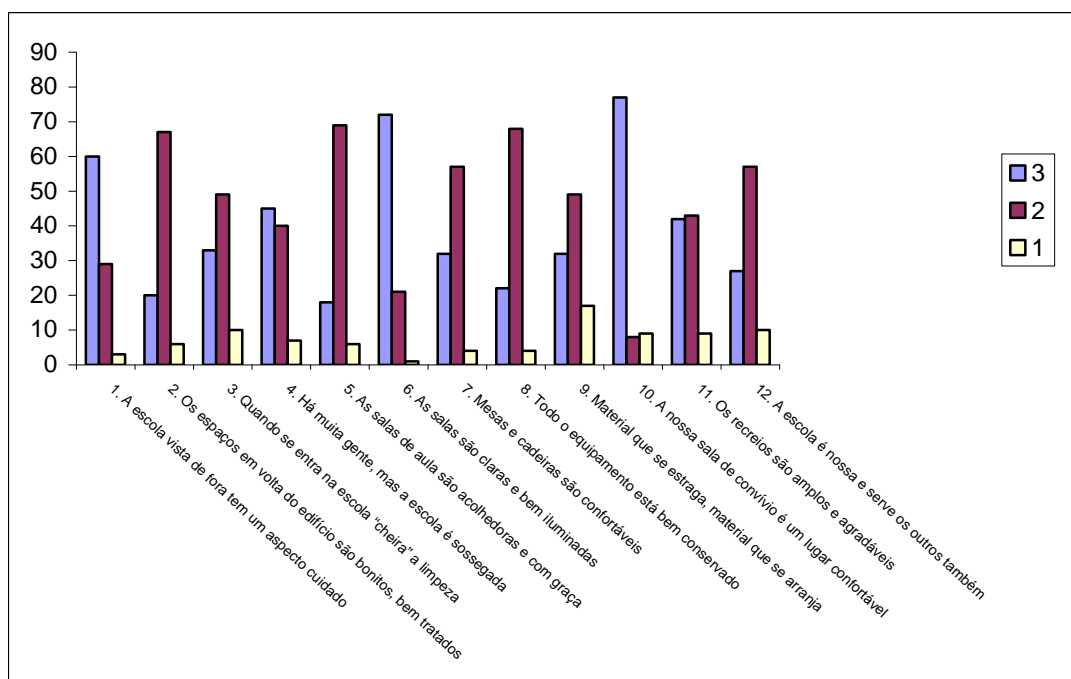


Gráfico 18

Os dados expressos no gráfico 18 mostram que os inquiridos, tal como os anteriores, possuem maioritariamente um sentimento negativo em relação ao nível de qualidade e bem-estar oferecido pela unidade orgânica, tendo atribuído maioritariamente o nível 2 – *não concordo* – às afirmações com que foram confrontados.

Foram as afirmações números 1, 4, 6 e 11 que mereceram, por parte dos inquiridos, maior atribuição de níveis 3 – *concordo* –, evidenciando que os inquiridos consideram maioritariamente que «a escola vista de fora tem um aspecto cuidado, que é sossegada, que as salas são claras e bem iluminadas e que a sua sala de convívio é um lugar agradável».

Curiosamente, a maioria dos professores inquiridos declarou não concordar com a afirmação n.º 12 «A escola é nossa e serve os outros também».

Foi em relação à afirmação n.º 9 «Material que se estraga, material que se arranja», que se verificou ter existido maior n.º de inquiridos a manifestar não ter opinião.

Nível de qualidade e bem-estar do pessoal não docente:

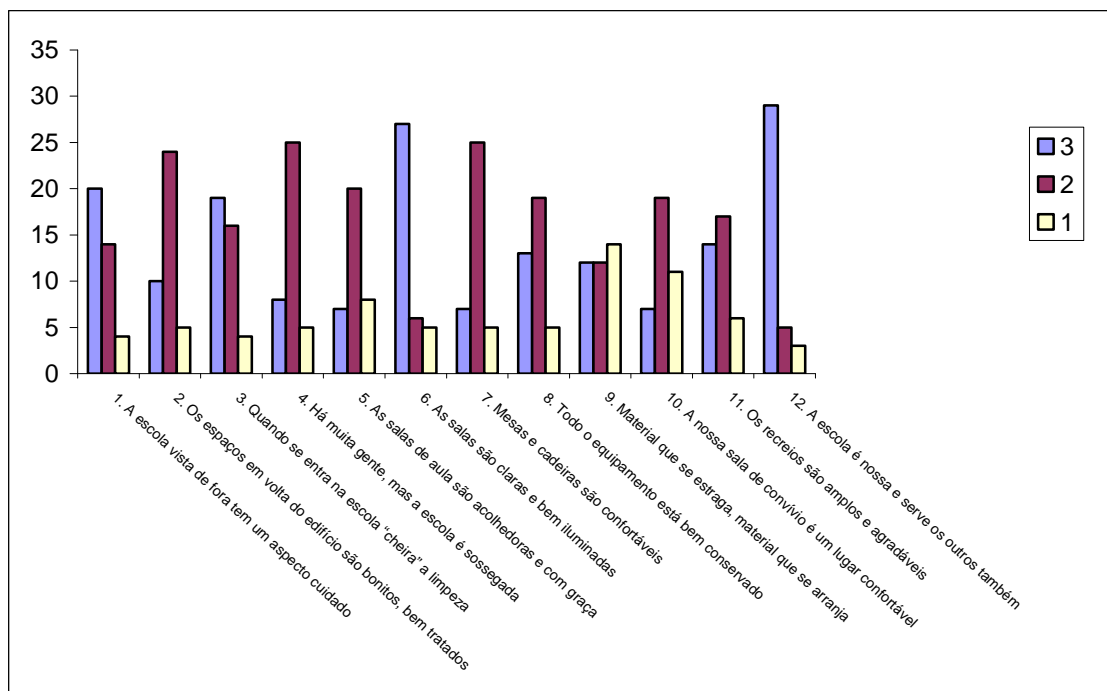


Gráfico 19

Face à observação do gráfico, conclui-se, apesar da dispersão das respostas dos inquiridos pelos 3 itens possíveis, que foi atribuído mais vezes pelos inquiridos o item 2 – *concordo* – do que os itens 1 ou 3.

As afirmações números 4, 7, 2 e 5 foram aquelas que mereceram maior discordância por parte dos inquiridos. A maioria destes discordou ainda que a sua sala de convívio fosse um lugar confortável (afirmação n.º 10).

5 – RECURSOS FINANCEIROS

Recursos financeiros

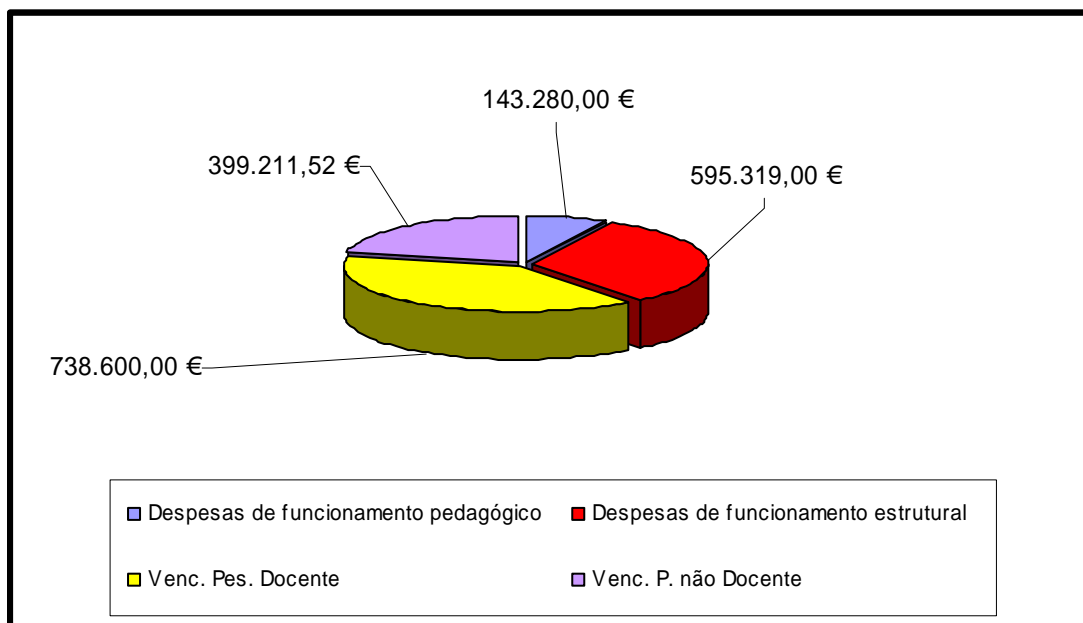


Gráfico 20 – cfr. legenda nos anexos

De acordo com os dados fornecidos pela unidade orgânica, é visível no gráfico que a despesa maior é, naturalmente, efectuada com os vencimentos do pessoal docente e não docente.

No âmbito dos recursos financeiros, é de salientar que a EBS Manuel de Arriaga dispõe de **158.015,00 €** de receitas próprias, geradas na unidade orgânica. É ainda de sublinhar o baixo orçamento destinado à aquisição de materiais didácticos/equipamentos educativos e ao seu funcionamento pedagógico.

6 - PROJECTO CURRICULAR

Ofertas curriculares

A unidade orgânica oferece cursos com regulamentação específica no âmbito do Programa Oportunidade.

O quadro 3 mostra a distribuição dos alunos pelos programas com regulamentação específica e respectivos subprogramas.

Quadro 3

Programas com regulamentação específica	Subprogramas/n.º de alunos		
	Oportunidade	Integrar -	Profissionalizante -
PROFIJ	Nível II Tipo 2 20 alunos	Nível II Tipo 3 13 alunos	Nível III 37 alunos

A unidade orgânica oferece no PROFIJ III os seguintes cursos: recepcionista, electricidade de manutenção e contabilidade e gestão.

Cumprimento de programas

Cumprimento do Programa de Língua Portuguesa e de Português A e B

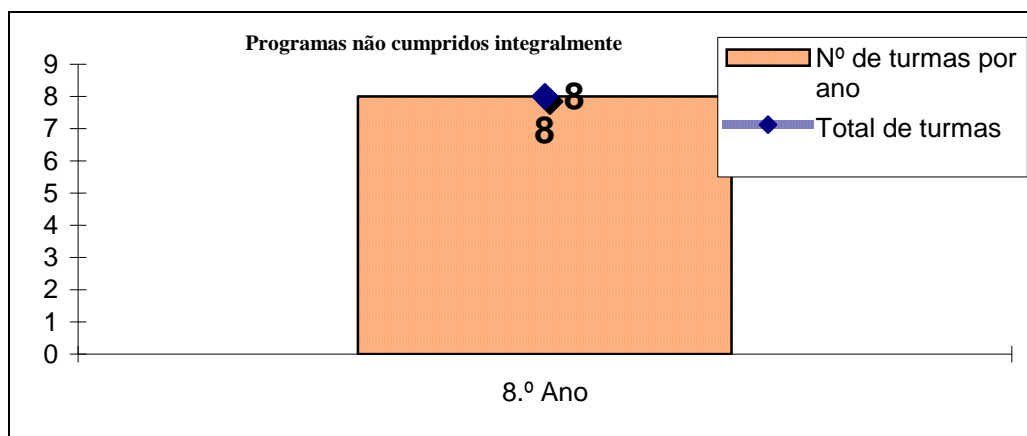


Gráfico 21 – cfr. legenda nos anexos

A unidade orgânica apenas forneceu dados relativos ao cumprimento do programa de Língua Portuguesa no 8.º ano de escolaridade, relativamente ao ano lectivo transacto, situação que não permite uma apreciação correcta e global.

O gráfico permite, porém, concluir que na totalidade das 8 turmas de 8.º ano existentes o programa da disciplina de Língua Portuguesa não foi cumprido integralmente.

Tempo dedicado às aprendizagens

O gráfico 22 mostra a distribuição das aulas previstas e das aulas dadas nas disciplinas de Língua Portuguesa, Português A e B e Literatura Portuguesa.

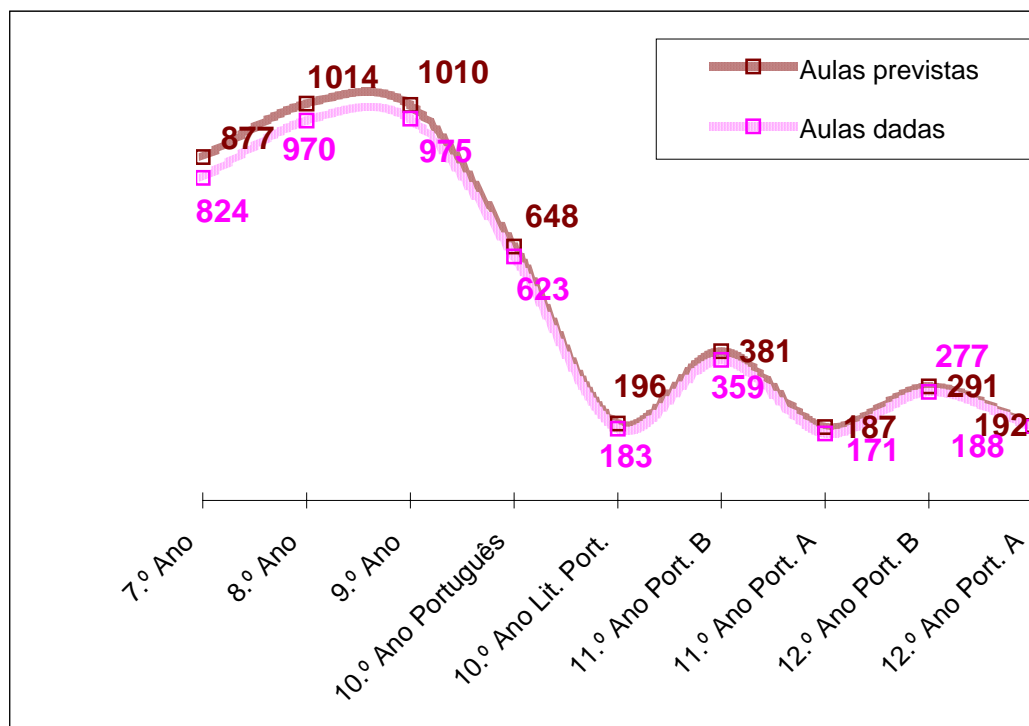


Gráfico 22 – cfr. legenda nos anexos

A observação do gráfico permite concluir que em todas as disciplinas foram leccionadas mais de 91% das aulas previstas.

Foi no 12.º ano de escolaridade, em Português A, que existiu menor diferença entre o número de aulas previstas e o número de aulas dadas.

Apoio educativo

A unidade orgânica estranhamente, de acordo com os dados que forneceu no Caderno I, apenas apoiou um aluno, no ano lectivo transacto, na disciplina de Língua Portuguesa. Ao aluno do 9.º ano de escolaridade eram-lhe prestados 40 segmentos de apoio educativo, tendo recuperado.

Formação de professores

A formação dos docentes também constituiu uma preocupação da unidade orgânica, tendo os seus docentes participado, no ano lectivo transacto, em diversas acções de formação, gerais e específicas, promovidas pelo Centro de Formação.

Quadro 4

N.º de cursos/acções	N.º de horas de formação	Público-alvo	N.º de profs. que os frequentaram
39	978 a)	Todos os níveis	78
26	540b)	Grupos disciplinares	44
2	60	Responsáveis pelo inventário	2
1	24	Conselho Executivo	1
1	25	Directores de Turma	1
Total	69	-	126

a) 2 acções de formação não especificavam a carga horária.

b) 5 acções de formação não especificavam a carga horária.

Foram realizadas acções de formação para os docentes da unidade orgânica, envolvendo um total de **126** docentes e mais de **1627** horas de formação.

A unidade orgânica não forneceu quaisquer dados relativos a eventual formação destinada a pessoal não docente e/ou a outros destinatários.

7 -CONTEXTOS EDUCATIVOS

Participação da comunidade na vida da escola

Participação dos alunos em actividades opcionais

No ano lectivo em questão, **246** alunos do 3.º ciclo e **89** do ensino secundário participaram em **actividades opcionais**, respectivamente 48% e 32% do número de alunos matriculados em cada um daqueles níveis de ensino. Destaca-se o facto de no ano lectivo terem utilizado a sala de estudo cerca de **1000** alunos.

Número de professores envolvidos em projectos do PAA

Na concretização de 18 projectos do Plano Anual de Actividades, estiveram envolvidos **78** professores: 40 na “Sala de Estudo”, 10 na “Semana da Ciência”, 5 nos “Encontros Filosóficos” e nas “Actividades Desportivas Escolares”, 2 no “Jornal Arauto”, no “Centro Multimédia e Audiovisual Escolar”, no “Clube dos Amigos dos Moinhos dos Açores” e “Clube de Apoio aos Alunos”, 1 nos clubes “Filatelia”, “Inglês”, “Ciência”, “Teatro”, “Saúde”, “Olimpíadas do Ambiente”, “Educação Ambiental”, “Cantinho da Matemática”, “Projecto Horta – Concarneau” e “Visita de Estudo a Lisboa”.

Pais e encarregados de educação participantes em actividades da escola

Participaram no “Clube de Ciência” **40** pais/encarregados de educação, nos “Encontros Filosóficos”, **15** e no “Dia da Escola”, **40**. Nas reuniões de Conselho de Turma do 7.º ao 12.º ano participaram aproximadamente **200** pais/encarregados de educação, enquanto aproximadamente **700** vieram receber as avaliações no final de cada período escolar.

Incidentes críticos

Registaram-se **3** “roubos e agressões a alunos” e **6** “vidros partidos ou actos de vandalismo”.

Das **95** participações por indisciplina, resultaram dois conselhos disciplinares e **7** sanções aplicadas.

Foram registados **2** “actos de violência praticados de fora para dentro da escola”.

Participação da comunidade educativa nas decisões

O processo de decisão é um processo que se reveste de determinada complexidade, pois, enquanto acto de gestão, compreende três fases: a **apresentação de propostas**, a **discussão que lhe decorre** e, por fim, a **decisão** propriamente dita. Por considerarmos que esta envolve um nível de participação diferente dos vários intervenientes, como a tomada de posições, análises, reflexões, reformulações, debates, entre outras, optamos por analisá-la. Assim, foram inquiridos docentes, alunos, pessoal não docente e pais.

Os gráficos seguintes proporcionam-nos uma visão da forma como os respondentes distribuíram as suas respostas.

Participação do pessoal docente na decisão

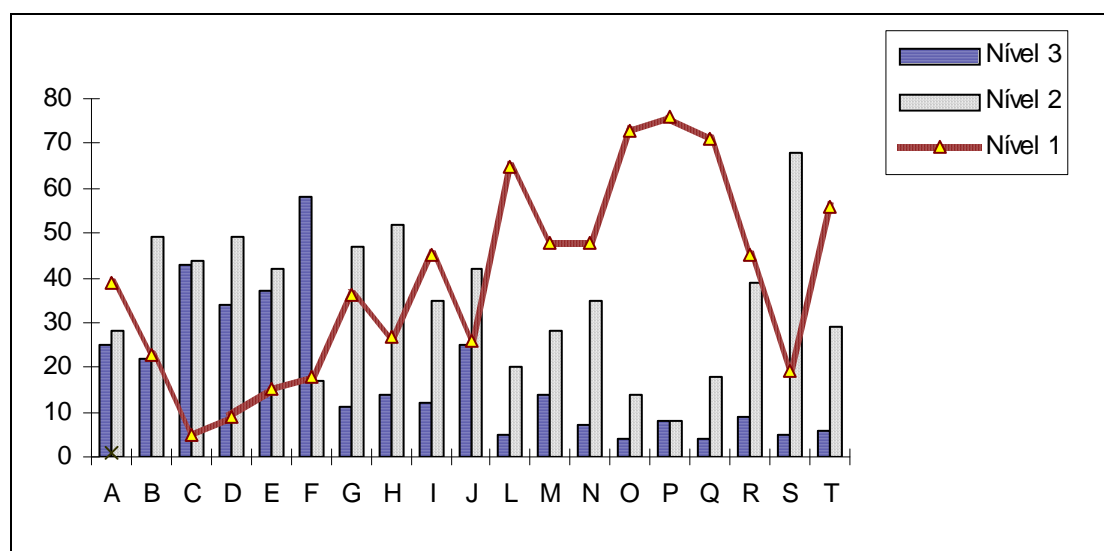


Gráfico 24 – cfr. legenda nos anexos

Responderam ao inquérito **95** docentes. Verificamos que os níveis mais valorizados são o 2 e o 1, com uma única excepção do 3 em “selecção dos manuais escolares”.

Participação dos alunos na decisão

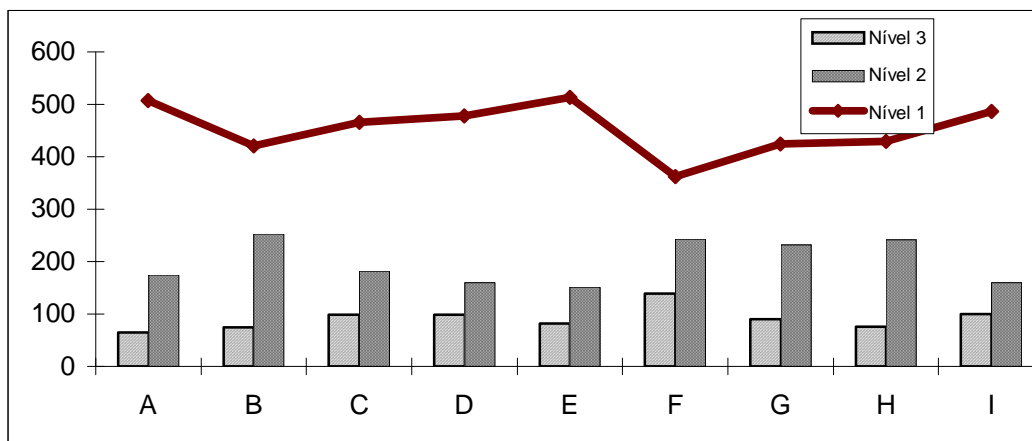


Gráfico 25 – cfr. legenda nos anexos

Responderam ao inquérito **751** alunos. Verificamos que o nível mais valorizado é o 1, pelo que parece poder-se concluir que esta população não é chamada a participar nos processos com vista às tomadas de decisão ou, se o é, fá-lo de forma muito reduzida.

Participação do pessoal não docente na decisão

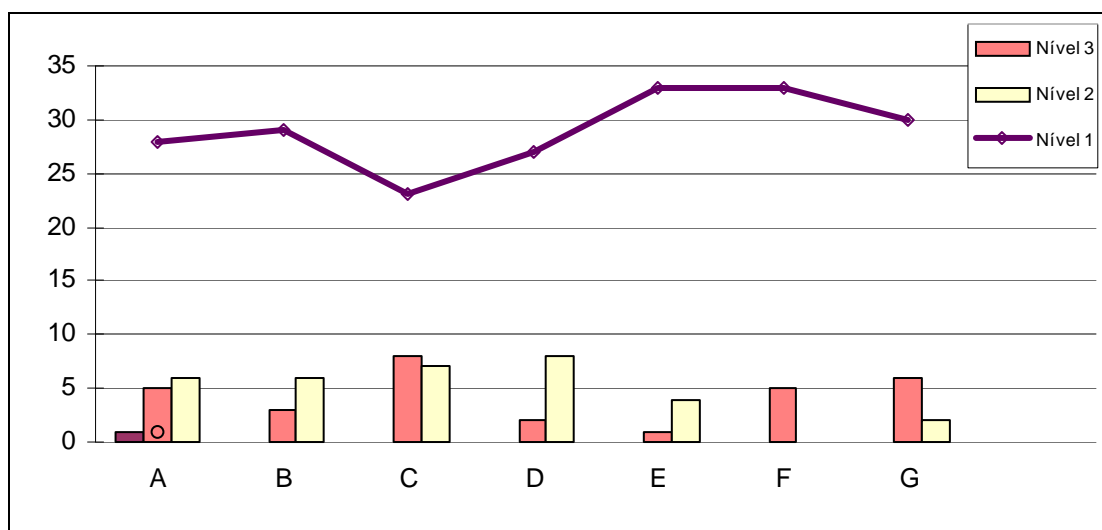


Gráfico 26 – cfr. legenda nos anexos

Responderam ao inquérito **39** funcionários. De uma forma evidente, sobressai o nível 1. Assim, a participação do pessoal não docente nestas matérias é muito reduzida.

Participação dos pais e encarregados de educação na decisão

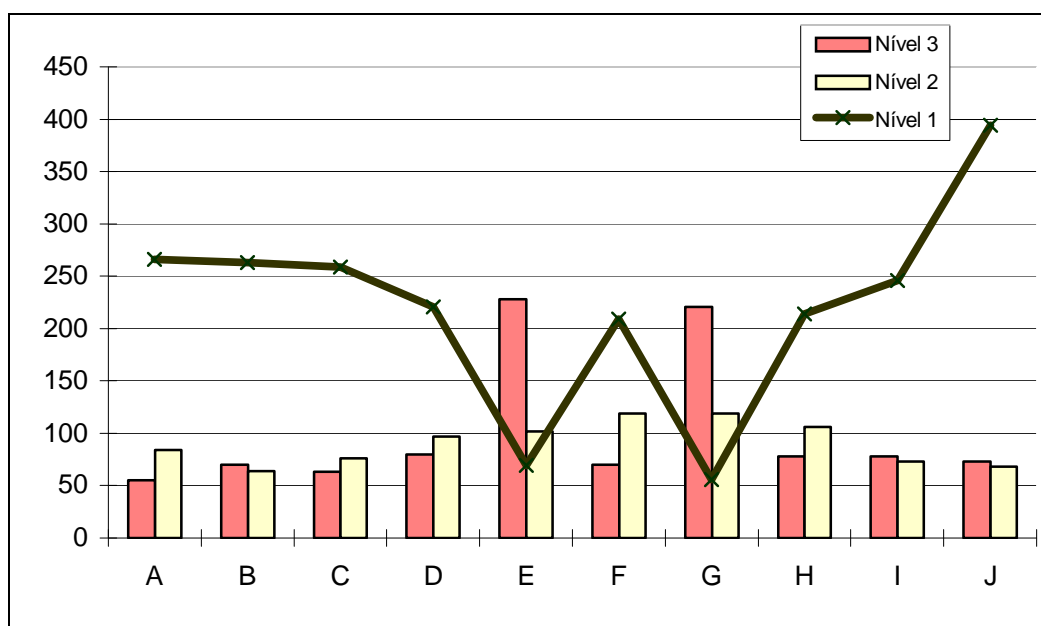


Gráfico 27 – cfr. legenda nos anexos

Em média, foram **412** as respostas a cada item. A participação na tomada de decisão é evidente nas questões *disciplinares e de comportamento do seu educando* (E) e nas relativas ao *aproveitamento escolar do seu educando* (G). Nas outras decisões, volta a ser o nível 1 o mais assinalado.

Trabalho cooperativo entre professores

A cooperação entre docentes foi analisada, considerando-se duas dimensões: os *aspectos gerais* e os *aspectos pedagógicos*. Os aspectos gerais referem-se à carreira docente/profissional e os pedagógicos à prática lectiva. Responderam ao inquérito **95** docentes.

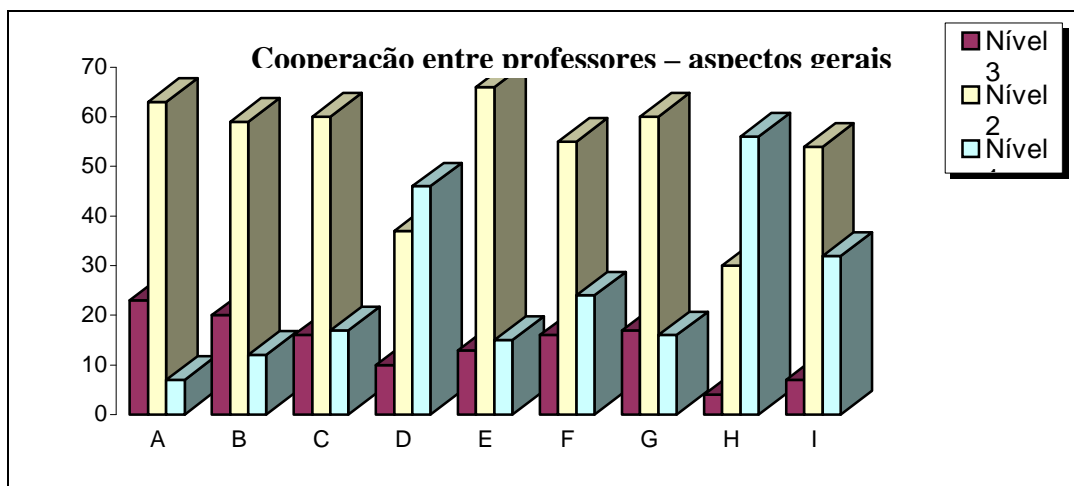


Gráfico 28 – cfr. legenda nos anexos

A cooperação entre professores parece dar-se bastantes vezes, à excepção dos itens D, *preparação de reuniões de pais*, e H, *preparação de reuniões com entidades exteriores à escola*.

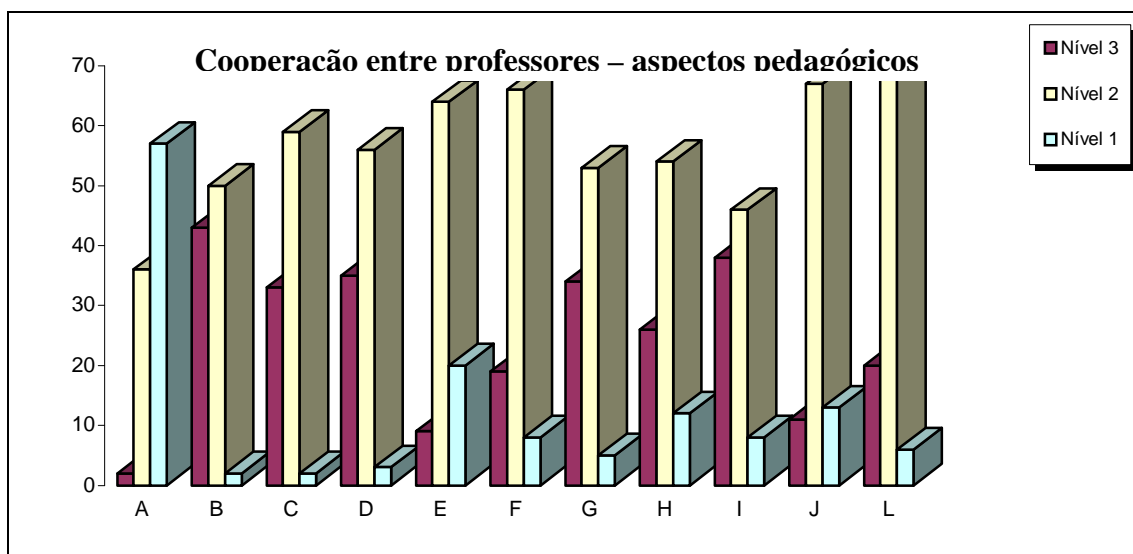


Gráfico 29 – cfr. legenda nos anexos

Aqui a cooperação entre os docentes é evidente. Todavia, há a destacar o item A, *colaboração com professores de outros ciclos de escolaridade*, em que só dois afirmam colaborar sempre, enquanto trinta e seis, bastantes vezes e cinquenta e sete garantem nunca colaborar com professores de outros ciclos. Conclui-se, assim, que a articulação vertical é reduzidíssima.

8 -RESULTADOS DOS ALUNOS

No âmbito dos resultados dos alunos, os dados a observar reportam-se também ao ano lectivo de 2004/2005.

3.º ciclo

- No gráfico que se segue está patente a relação entre os alunos transitados e, de entre estes, aqueles que transitaram com aprovação a todas as disciplinas.

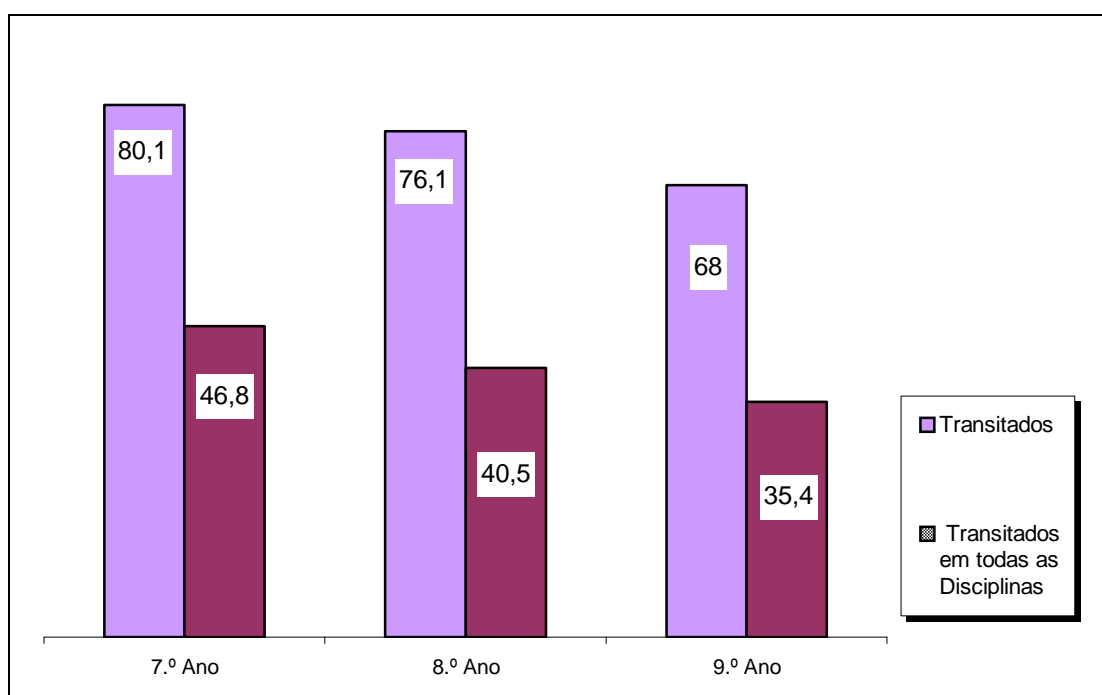


Gráfico 30

Assim,

Quadro 6

Anos de escolaridade	Alunos transitados a)	Alunos transitados a todas as disciplinas b)
7.º ano	125 (80,1%)	73 (46,8%)
8.º ano	124 (76,1%)	66 (40,5%)
9.º ano	121 (68%)	63 (35,4%)

a) Número e percentagem sobre o total dos alunos avaliados no final do ano lectivo;

b) Número e percentagem sobre o total dos alunos transitados.

2. O gráfico seguinte apresenta a percentagem dos **alunos transitados sem aproveitamento a uma disciplina e transitados sem aproveitamento a duas disciplinas**. A percentagem foi encontrada face ao universo dos alunos transitados.

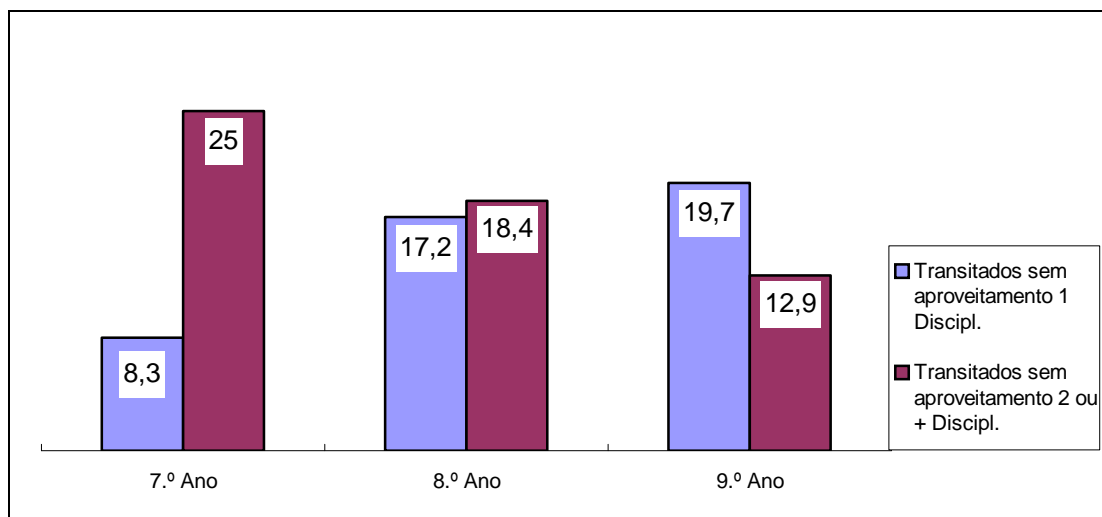


Gráfico 31

Assim,

Quadro 7

Anos de escolaridade	Alunos transitados	Alunos transitados sem aproveitamento a uma disciplina	Alunos transitados sem aproveitamento a duas disciplinas
7.º ano	125 (80,1%)	13 (8,3%)	39 (25%)
8.º ano	124 (76,1%)	28 (17,2%)	30 (18,4%)
9.º ano	121 (68%)	35 (19,7%)	23 (12,9%)

3. No gráfico que se segue, mostra-se a **percentagem dos alunos transitados, primeiro sem aproveitamento a Língua Portuguesa, segundo sem aproveitamento a Matemática e terceiro sem aproveitamento a Língua Portuguesa e Matemática**.

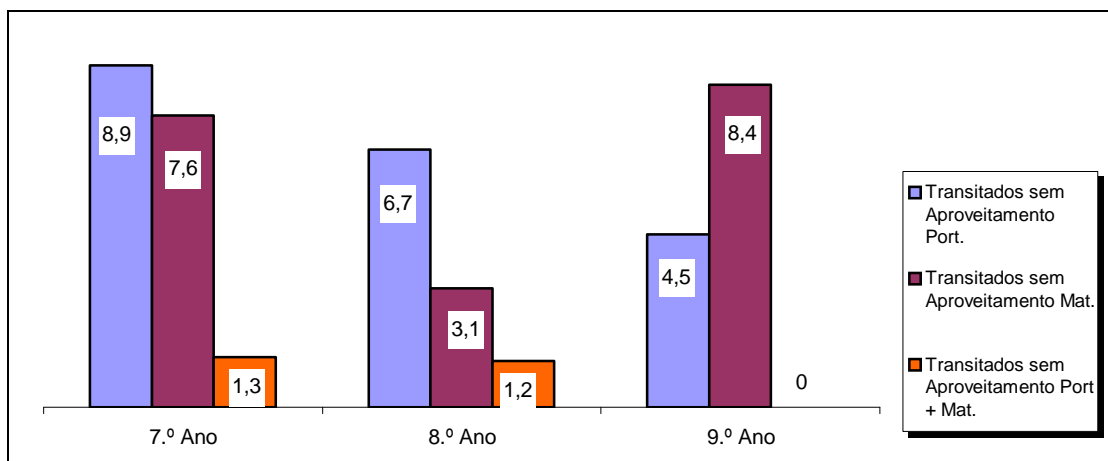


Gráfico 32

Assim,

Anos de escolaridade	Alunos transitados	Alunos transitados sem aproveitamento a Língua Portuguesa	Alunos transitados sem aproveitamento a Matemática	Alunos sem aproveitamento a Língua Portuguesa e Matemática
7.º ano	125 (80,1%)	14 (8,9%)	12 (7,6%)	2 (1,3%)
8.º ano	124 (76,1%)	11 (6,7%)	5 (3,1%)	2 (1,2%)
9.º ano	121 (68%)	8 (4,5%)	15 (8,4%)	0

Ensino secundário

1. No quadro que se segue está patente a relação entre os alunos que progrediram a todas as disciplinas e aqueles que não progrediram a uma disciplina e os que não progrediram a duas disciplinas.

Anos de escolaridade	Alunos matriculados	Progressão a todas as disciplinas	Não progressão a uma disciplina	Não progressão a duas disciplinas
10.º ano	112	91 (81,3%)	6 (5,3%)	0
11.º ano	99	78 (78,8%)	11 (11,4%)	0
12.º ano	102	15 (14,7%)	6 (5,9%)	-

Taxa de abandono real

A **taxa de abandono** compreende os alunos que desistiram ao longo do ano, os alunos que transitaram e não renovaram a sua matrícula e ainda aqueles que não obtiveram aproveitamento e, da mesma forma, não renovaram a respectiva matrícula.

Assim, no ano lectivo de **2004/2005**, segundo os dados remetidos pelo órgão executivo, abandonaram a escola:

- **3.º ciclo** – **31** alunos ao longo do ano lectivo (6% do total dos alunos matriculados), **21** alunos que, embora tenham transitado para o ano de escolaridade seguinte, não renovaram a matrícula (4,1 % do total dos alunos matriculados) e **12** alunos que, não tendo transitado, não voltaram a matricular-se (2,3% do total dos alunos matriculados);

- **ensino secundário** - **78** alunos ao longo do ano lectivo (19,7% do total dos alunos matriculados), **7** alunos que, embora tenham transitado para o ano de escolaridade seguinte, não renovaram a matrícula (1,8% do total dos alunos matriculados) e **57** alunos que, não tendo transitado, não voltaram a matricular-se (14,4% do total dos alunos matriculados);

Percurso escolar de uma geração de alunos

No âmbito do sucesso escolar, interessou-nos particularmente ver o percurso de uma geração de alunos, ou seja, aqueles que durante nove anos fizeram a sua escolaridade, tendo como ano lectivo de referência o de 1999/2000 com o número de 158 alunos matriculados no 7.º ano.

	7.º ano	8.º ano	9.º ano	10.º ano	11.º ano	12.º ano	Transferidos	Saídos
99/00	158							
00/01	29	115					4	10 a)
01/02		18	91				6	
02/03			22	64			1	4 b)
03/04				4	55			5 c)
04/05					4	50 d)		1

- Destes 10 alunos só 1 se encontrava na escolaridade obrigatória;
- Os 4 alunos concluíram o 3.º ciclo: 2 matricularam-se na Escola Profissional do Pico e 1 na da Horta;
- 3 destes alunos matricularam-se na Escola Profissional da Horta e 1 na do Pico;
- Destes 50 alunos, **27**, após a realização dos exames nacionais, concluíram o 12.º ano.

Assim, dos 158 alunos matriculados no 7.º ano em 1999/2000, verifica-se que somente 50 se matricularam no 12.º ano em 2004/2005, dos quais só vinte e sete o concluíram. O número de alunos que tem um percurso escolar regular é extremamente significativo e fala por si.

CAPÍTULO III

A. O DESEMPENHO DA ESCOLA

INSTRUMENTOS DE AUTONOMIA DA ESCOLA

PROJECTO EDUCATIVO DA ESCOLA (PEE)

- Está elaborado para um período de execução de 3 anos.
- Estão definidos princípios orientadores de acordo com os documentos então em vigor, a saber, Decreto-Lei n.º 115-A/98 de 4 de Maio, alterado pela Lei n.º 24/99, de 22 de Abril, e adaptado à Região pelo Decreto Legislativo Regional n.º 18/99/A, de 21 de Maio, apontando para a autonomia.
- Os domínios a que estes princípios se referem estruturam-se no âmbito da articulação inter-institucional Escola /Família.
- O diagnóstico da escola contempla diferentes dimensões da vida escolar, identificando problemas educativos a saber:
 - Abandono, absentismo e desmotivação;
 - Níveis de insucesso significativos;
 - Dificuldade da escola em promover condições que favoreçam a discussão de ideias;
 - Dificuldade no trabalho cooperativo entre docentes;
 - Dificuldade na partilha de informação sobre práticas inovadoras.
- Define como prioridades:
 - promover o aperfeiçoamento dos desempenhos;
 - apoiar a investigação;
 - promover uma cultura de escola;
 - construir a autonomia e a responsabilidade;
- Prevê a sua avaliação e apresenta a respectiva metodologia.

No entanto:

- O Projecto Educativo da Escola (PEE) não se articula com os demais documentos de autonomia.
- O diagnóstico efectuado não contém dados suficientes para uma correcta identificação dos problemas da escola, embora estes estejam identificados em documentação dispersa.
- Em vez de estabelecer prioridades nas acções que dão consistência às vertentes do projecto, faz uma explanação de intenções que podem comprometer a sua exequibilidade.
- Princípios orientadores, finalidades e objectivos não se encontram devidamente operacionalizados, verificando-se, apenas, uma explanação de linhas orientadoras gerais e acrescentando-se que “estes temas podem ser trabalhados em todas as áreas disciplinares”.
- Não apresenta, de forma clara, o que configura a filosofia educativa da escola.

PLANO ANUAL DE ACTIVIDADES (PAA)

- Exprime a intenção de que o Plano Anual de Actividades (PAA) constitua um instrumento de acção para que a unidade orgânica se assuma como “plataforma de interacção entre os vários agentes educativos”.
- Integra a previsão de realização de diversas actividades e projectos de complemento e enriquecimento curricular, demonstrando energia e vitalidade por parte da unidade orgânica.
- As actividades previstas no Plano Anual de Actividades (PAA) distribuem-se ao longo do ano, fazendo, geralmente, referência aos momentos em que são realizadas.
- Os espaços e os recursos educativos da unidade orgânica são otimizados para a realização das actividades constantes do Plano Anual de Actividades (PAA).
- A execução do Plano Anual de Actividades (PAA) é acompanhada pela Assembleia de Escola.

No entanto:

- O Plano Anual de Actividades (PAA) está estruturado como um somatório das diferentes actividades e planos de actividades previstos pelos grupos disciplinares e departamentos, sem unidade e interligação entre si e sem adequação aos princípios orientadores/finalidades/objectivos formulados no Projecto Educativo da Escola (PEE).
- Não definindo objectivos gerais, em articulação com o Projecto Educativo da Escola (PEE), o Plano Anual de Actividades (PAA) afirma-se, no seu todo, mais como um documento de gestão organizacional do que de gestão pedagógica.
- As actividades constantes do Plano Anual de Actividades (PAA) nem sempre evidenciam, de forma implícita ou explícita, a presença ou a articulação com a componente curricular.
- O Plano Anual de Actividades (PAA) não prevê avaliações parcelares e, por conseguinte, a execução dos relatórios decorrentes das actividades realizadas.
- Não prevê formação para pessoal não docente, para além da prevista no centro de formação.

REGULAMENTO INTERNO (RI)

O Regulamento Interno (RI) da escola está em revisão. O actual parece não estar em vigor, pois, além de desactualizado – grande parte da legislação de suporte está revogada –, vai pouco além da transcrição da lei. Com base no último RI, fazem-se algumas sugestões para a elaboração do novo documento:

- O Regulamento Interno (RI) é o documento regulador de todo o funcionamento da escola. Assim, no espírito da lei geral, dentro das especificidades da comunidade onde se insere a escola e na prossecução dos objectivos traçados no Projecto Educativo, regula o dia-a-dia da comunidade escolar, prevenindo e apresentando também soluções para situações desviantes.

- O Regulamento Interno (RI) tem que estar objectivamente articulado com os outros documentos de autonomia da escola, Projecto Educativo e Plano Anual de Actividades, mas também com o Projecto Curricular de Escola, pois este é subsidiário do Projecto Educativo, devendo, assim, regulamentar também a aplicação do consignado naquele Projecto e a realização das actividades propostas naquele Plano;

- Regulando a acção dos diversos intervenientes no processo educativo, o Regulamento Interno (RI) não pode esquecer a participação dos pais/encarregados de educação, bem como não pode deixar de consignar a interacção entre a escola e o meio;

- A forma de participação dos alunos e pais/encarregados de educação no processo de avaliação dos alunos deve estar consignada no Regulamento Interno (RI).

INSTRUMENTOS DE ARTICULAÇÃO CURRICULAR

PROJECTO CURRICULAR DE ESCOLA (PCE)

- Apresenta os desenhos curriculares que se ajustam à realidade escola.
- Define o que é um PCE e remete para o PCT.
- Apresenta um tema «A escola que queremos ser - uma escola que promova o sucesso e a integração» com alguma articulação com o PEE.
- Apresenta estratégias e acções a desenvolver no âmbito das várias estruturas da escola.

No entanto:

- Não refere a necessidade dos reajustamentos;
- Não apresenta instrumentos diversificados de avaliação, embora eles existam em dossiê específico;
- Não refere critérios e modos diversificados de avaliação;
- Não prevê formas de auto-avaliação regulada;
- Não considera a evolução do aluno ao longo do ciclo;
- Não está clarificada a participação dos pais/encarregados de educação no processo, acompanhamento e avaliação do aluno, como especificação do que deverá estar previsto no regulamento interno;
- Não é referida a forma como são divulgados aos alunos os critérios de avaliação;
- Não se verificou que a taxa de retenção suscite medidas de carácter curricular no sentido de remediar o problema;
- Não prevê o apoio educativo.

PROJECTO CURRICULAR DE TURMA (PCT)

- O PCT contempla a avaliação de diagnóstico da turma, onde são visíveis as preferências e as dificuldades dos alunos, entre as quais o domínio da língua e problemas de disciplina associados à responsabilidade.
- Dedicar atenção à língua portuguesa, considerada na sua vertente transversal, de forma não explícita.
- Refere metodologias e estratégias.
- Integra Planos Individuais.
- Foram observadas planificações anuais, mensais, semanais e diárias.
- Pontualmente, foram observados PCT cuja articulação com a planificação, sumário e produção dos alunos existia.
- Observou-se da mesma forma um PCT que se apresentava como um documento de trabalho efectivo do docente, na medida em que se apresentava com anotações, observações e comentários sobre a forma como as competências e os objectivos estavam ou não a ser atingidos.

No entanto:

- Não é considerado o tema aglutinador do PCE: «A escola que queremos ser - uma escola que promova o sucesso e a integração»;
- Não se observou reformulação e reajustamento do PCT;
- Não se observou a tomada em consideração das aquisições não efectuadas, em caso de retenção, e constantes de relatório analítico, em obediência ao estabelecido no artigo 15.º do Anexo à Portaria n.º 92/2004, de 23 de Dezembro, então em vigor, e demais legislação subsequente;
- Não existe, de um modo geral, articulação entre as actividades inscritas no PCT e as verificadas nos documentos observados: planificações de aulas, registo de sumários e registo nos cadernos diários dos alunos;
- Registaram-se casos de PCT que prevêm a continuação da sua execução para o ano lectivo seguinte, porque “não foram atingidas as competências estabelecidas”, em vez de se ver uma reformulação, em função da constatação do seu insucesso;
- Os casos pontuais de articulação curricular observados não adquirem verdadeira expressão e não são o resultado de trabalho elaborado e articulado em sede de departamento;

- A língua portuguesa ainda não é valorizada na vertente que seria importante, isto é, na aquisição, utilização e reconhecimento da linguagem específica das respectivas áreas disciplinares, em termos de compromisso explícito destas;
- Os PCT não apresentam estratégias de diferenciação pedagógica e nem sempre integram os Planos Individuais (PI) relativos à prevenção do insucesso e/ou abandono escolar, os Programas Educativos (PE) e os Planos Educativos Individuais (PEI) referentes aos alunos abrangidos pelo Regime Educativo Especial;
- Os Planos Individuais são elaborados com base nas avaliações intercalares ou de final de período, e não desde o momento em que as dificuldades dos alunos se manifestam, conforme as disposições expressas em normativo;
- De um modo geral o PCT não se apresenta como um documento de trabalho dos docentes da turma;
- Não é visível, nas planificações, a existência de estratégias de sistematização da aprendizagem;
- Não refere processos de avaliação regulada, não integrando desta forma os respectivos instrumentos de avaliação;
- Não prevê a respectiva avaliação.

FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS DE GESTÃO

ASSEMBLEIA DE ESCOLA

- Aprova o Projecto Educativo de Escola (PEE) e o Plano Anual de Actividades (PAA), acompanhando a sua execução.
- Aprecia os resultados do processo de avaliação interna e externa.
- Reúne com a frequência estabelecida na lei.
- Aprova o Projecto Curricular de Escola (PCE) e emite parecer sobre a sua execução.
- Procede à revisão e actualização do seu Regimento Interno.

No entanto:

- Não aprecia o relatório da conta de gerência;

- Os representantes da comunidade educativa, dos encarregados de educação e dos alunos apresentam níveis de absentismo prejudiciais ao desempenho desta estrutura de gestão;
- Não se verifica que tenha existido, por parte deste órgão, acompanhamento e avaliação explícitos da execução do Projecto Educativo da Escola (PEE).

CONSELHO EXECUTIVO

- Cumpre as funções estabelecidas na lei relativamente à emissão de parecer sobre a proposta de Projecto Educativo da Escola (PEE) emanada do Conselho Pedagógico e à elaboração e submissão à Assembleia de Escola do Plano Anual de Actividades (PAA).
- Superintendeu e enviou recomendações ao Conselho Pedagógico sobre a aprovação dos critérios de avaliação.
- Superintende na constituição de turmas e elaboração de horários.
- Distribui o serviço docente e não docente.
- A leitura das actas evidencia a preparação do ano lectivo.
- É visível a sua preocupação sobre a criação de condições de disciplina na escola, favoráveis a melhores aprendizagens.
- A reflexão sobre a avaliação é, igualmente, visível na leitura das actas deste órgão de gestão.

CONSELHO PEDAGÓGICO

- A leitura das actas evidencia a preparação do ano lectivo.
- Consta das actas a aprovação dos relatórios de acompanhamento dos planos educativos individuais, quando é caso disso.
- A leitura das actas do ano lectivo de 2005/2006 evidencia a preocupação com a articulação e organização curriculares, bem como a implementação de estratégias para melhorar as taxas de sucesso.
- As actas evidenciam a análise dos resultados da avaliação por período.
- A leitura das actas evidencia a preocupação da escola com a sua estrutura curricular, através das opções disciplinares que escolhe e das actividades de enriquecimento curricular que consubstanciam essa estrutura.

No entanto:

- A reflexão sobre a avaliação não se traduz, na leitura das actas, em propostas de alteração ou implementação de medidas tendentes a colmatar as dificuldades constatadas.

ESTRUTURAS PEDAGÓGICAS

DEPARTAMENTO DE LÍNGUAS (DEPARTAMENTO UM)

- Existe um acervo de documentos de avaliação muito abundante, prevendo as diversas situações de avaliação.
- É visível, nas actas, o esforço do departamento em assegurar a coordenação de procedimentos e formas de actuação no âmbito da avaliação dos alunos.
- Estão definidos os critérios de avaliação de Língua Portuguesa para os 7.º, 8.º e 9.º anos de escolaridade, prevendo «competências a avaliar», «domínios», «instrumentos» e «ponderações».
- Foram observados documentos, no âmbito da avaliação do sucesso educativo na unidade orgânica, que sustentaram análise e reflexão por parte dos membros do departamento, com vista a melhorar as aprendizagens e a aquisição de competências por parte dos alunos.
- Observaram-se os instrumentos de avaliação de Português, para o 10.º, 11.º e 12.º anos de escolaridade.
- Observou-se em Língua Portuguesa a existência de um conjunto significativo de «grelhas de observação», as quais permitem o registo contínuo e sistemático de informação sobre o desenvolvimento das aprendizagens e competências dos alunos, podendo sustentar alterações às estratégias pedagógicas inicialmente previstas.
- O departamento definiu normas para correcção de fichas de avaliação - «Critérios de Classificação» e respectivas «cotações» e ainda «Factores de desvalorização no domínio da correcção linguística».
- Existe um dossiê com fichas de actividades destinadas às aulas de substituição no 3.º ciclo.

No entanto:

- Não foi visível o desenvolvimento das medidas necessárias de diversificação curricular e de adaptação às condições específicas da unidade orgânica, caracterizadas no PCE;
- Não se observou a elaboração, por parte desta estrutura, de propostas de diversificação curricular em função das necessidades dos alunos, como é da sua competência;
- Não se observou no dossiê de departamento uma existência variada de instrumentos de recolha de informação em ordem à avaliação formativa dos alunos do ensino básico, numa vertente de diagnóstico, tendo em vista a elaboração e adequação do projecto curricular de turma, conforme prevê o artigo 8.º do Regulamento de Avaliação das Aprendizagens no Ensino Básico, aprovado pela Portaria n.º 92/2004, de 23 de Dezembro, com as alterações introduzidas na Portaria n.º 37/2006, de 4 de Maio, entretanto revogada pela Portaria n.º 72/2006, de 24 de Agosto;
- A «Planificação Anual de Língua Portuguesa» do 7.º ano de escolaridade, contrariamente às do 8.º e 9.º anos, embora estando estruturada por períodos e prevendo competências específicas a desenvolver ao longo do ano lectivo, não apresenta as metodologias a utilizar para a sua operacionalização, em ordem à aquisição e mobilização, por parte dos alunos, das competências seleccionadas, nem define os critérios, instrumentos e momentos de avaliação;
- As planificações observadas do 10.º ano de Português, estando estruturadas por «sequências» e definindo conteúdos e competências a adquirir pelos alunos, não prevêm, no entanto, estratégias ou actividades para a sua operacionalização nem os critérios, instrumentos e momentos de avaliação, apresentando, somente no final das «sequências», as actividades, de modo genérico, a desenvolver pelos alunos ao longo do ano lectivo;
- Não se verificou a existência de reflexão no departamento sobre o apoio educativo, enquanto eventual medida de superação das dificuldades detectadas na aprendizagem e aquisição de competências pelos alunos.

COORDENAÇÃO DE DIRECTORES DE TURMA

- O dossiê analisado reúne a documentação necessária para o desenvolvimento das actividades do director de turma.
- Apresenta uma listagem de alguns aspectos que devem ser tomados em consideração para a elaboração do PCT.
- As actas reflectem alguma preocupação com a percentagem de aulas dadas e analisam as avaliações.
- Os dossiês dos Directores de Turma observados apresentam-se, de uma forma geral, organizados e arquivam informação específica.
- Integram planificações e alguns instrumentos de avaliação regulada.
- As actas dos conselhos de turma reflectem sobre o aproveitamento dos alunos e propõem encaminhamentos, quer para a comissão de protecção de crianças e jovens, quer para a elaboração de planos individuais.

No entanto:

- Da listagem de alguns aspectos que devem ser tomados em consideração para a elaboração do PCT não constam os que se prendem com a sua avaliação e as reformulações com vista a uma prática lectiva individualizada;
- As planificações que integram os dossiês reflectem falta de articulação horizontal;
- Não se encontraram registos de articulação curricular;
- Os Planos Individuais constantes dos dossiês reduzem-se a grelhas onde não se encontra articulação entre as dificuldades diagnosticadas e as actividades/estratégias propostas para superação;
- Existe terminologia relativa aos Planos Individuais não actualizada;
- Nas actas não é visível que os Planos Individuais sejam objecto de avaliação periódica com vista à sua reformulação e/ou reajustamento.

AVALIAÇÃO

- Concluiu-se, quer pela leitura de actas dos órgãos de administração e gestão e de coordenação e orientação educativa, quer pelas entrevistas realizadas, que existiu discussão sobre os critérios de avaliação dos alunos.

- Foram definidos pelo *Departamento Um* critérios de avaliação, no ensino básico, para Língua Portuguesa e no ensino secundário para Português, sistematizados em grelhas que integram os dossiês daquele departamento curricular e o da Coordenação do Ensino Secundário e que foram aprovados pelo Conselho Pedagógico, conforme o definido no n.º 1 do artigo 7.º do Regulamento de Avaliação das Aprendizagens no Ensino Básico, aprovado pela Portaria n.º 92/2004, de 23 de Dezembro, alterada pela Portaria n.º 37/2006, de 4 de Maio, então em vigor, bem como no n.º 1 do artigo 8.º da Portaria n.º 550-D/2004, de 21 de Maio, alterada pela Portaria n.º 259/2006, de 14 de Março, prevendo que os critérios de avaliação sejam definidos no início do ano lectivo.
- Houve discussão e avaliação dos resultados do sucesso educativo na unidade orgânica, ao nível dos diferentes órgãos e estruturas, incluindo a apreciação dos resultados das PASE, referentes ao ano de 2005.
- Os resultados das PASE são considerados no processo de avaliação sumativa interna dos alunos, conforme prevê o n.º 5 do artigo 13.º do Regulamento da Avaliação das Aprendizagens no Ensino Básico, aprovado pela Portaria n.º 92/2004, de 23 de Dezembro, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 37/2006, de 4 de Maio, então em vigor.
- Existem instrumentos de avaliação para as diferentes disciplinas.
- Foi criada uma grelha orientadora da organização das fichas de avaliação escrita e de critérios de correcção.
- Nos documentos é visível a atenção que diversas disciplinas de vários departamentos querem dedicar à língua portuguesa, fazendo reflectir o seu domínio na avaliação.

No entanto:

- A aprovação dos critérios de avaliação dos alunos não ocorreu de acordo com o estabelecido no n.º 1 do artigo 7.º do Regulamento de Avaliação das Aprendizagens no Ensino Básico, aprovado pela Portaria n.º 92/2004, de 23 de Dezembro, alterada pela Portaria n.º 37/2006, de 4 de Maio, entretanto revogada pela Portaria n.º 72/2006, de 24 de Agosto, o qual prevê que os critérios de avaliação sejam definidos no início do ano lectivo.

- O diagnóstico da aprendizagem decorrente da avaliação formativa não especifica a situação concreta de aprendizagem em que o aluno se encontra;
- Não foi observada a implementação de estratégias e actividades reveladoras da utilização da avaliação como elemento regulador da prática pedagógica;
- Não foram observadas evidências da utilização da avaliação formativa com a importância que lhe é atribuída no artigo 8.º do Anexo à Portaria n.º 92/2004, de 23 de Dezembro, alterada pela Portaria n.º 37/2006, de 4 de Maio, revogada posteriormente pela Portaria n.º 72/2006, de 24 de Agosto;
- Nos documentos observados, não se constatou a existência de exemplos de sistematização das aprendizagens.

B. RECOMENDAÇÕES

PROJECTO EDUCATIVO DA ESCOLA (PEE)

- Reflectir sobre os dados recolhidos e que constituem a caracterização da escola, a fim de definir de forma mais precisa os respectivos problemas.
- Definir um leque equilibrado de prioridades para intervenção educativa, tendo em vista a sua exequibilidade.
- Ponderar as formas mais eficazes de tornar o Projecto Educativo da Escola (PEE) um documento que defina a filosofia educativa da escola, articulando e articulando-se com os demais documentos de autonomia da mesma.

PLANO ANUAL DE ACTIVIDADES (PAA)

- Articular o Plano Anual de Actividades (PAA) com o Projecto Educativo da Escola (PEE) e o Regulamento Interno (RI), de modo a que aquele plano contribua para a concretização dos objectivos e das linhas de acção estabelecidas no Projecto Educativo da Escola (PEE).
- Promover, através das actividades previstas e a realizar, uma maior articulação horizontal, nomeadamente entre departamentos curriculares, e vertical entre os diferentes anos de escolaridade.
- Elaborar uma previsão orçamental para a execução do Plano Anual de Actividades (PAA), previamente à sua aprovação pelo órgão competente.

- Prever a realização de relatórios periódicos e do relatório final de execução do Plano Anual de Actividades (PAA) para parecer da Assembleia de Escola.
- Prever a sua avaliação.

PROJECTO CURRICULAR DE ESCOLA (PCE)

- O PCE deve ser um documento articulado e articulador dos e com os vários documentos de autonomia da escola.
- O PCE deve estruturar-se em função das competências, mencionando a operacionalização/articulação das de carácter transversal, compreensão e expressão em língua portuguesa e utilização das tecnologias de informação e comunicação.
- O PCE deve ser elaborado tendo em conta os demais documentos orientadores da acção educativa, contribuindo deste modo para uma efectiva e eficaz operacionalização do Projecto Curricular de Turma (PCT).
- Deve prever diferentes modalidades e instrumentos de avaliação no contexto da avaliação formativa.
- Deve prever os apoios educativos em função das necessidades pedagógicas da população que serve.
- Deve prever a sua avaliação, definindo a respectiva periodicidade.
- Deverá ser um documento que se abre a uma dinâmica presente no PCT.

PROJECTO CURRICULAR DE TURMA (PCT)

- O PCT, na qualidade de documento organizador das actividades a desenvolver com a turma, deve encerrar em si a dimensão de privilegiar a diferenciação pedagógica, com vista a responder às necessidades de aprendizagem de cada aluno.
- O PCT deverá prever e valorizar processos de avaliação regulada, bem como os respectivos instrumentos.
- Na medida em que o PCT é um documento de trabalho, deve integrar todos os demais documentos decorrentes dos reajustamentos necessários.
- O PCT do ano lectivo anterior não deve funcionar apenas como elemento de consulta, mas deve ser, tanto quanto possível, integrado no PCT que lhe serve de continuação.

- A elaboração dos Planos Individuais deve ter em atenção o que está consignado na lei.
- O diagnóstico das dificuldades de aprendizagem e/ou das ainda não realizadas deve ser objectivo, claro e preciso, de forma a não comprometer a intervenção no âmbito do Plano Individual.

ASSEMBLEIA DE ESCOLA

- Promover e incentivar o relacionamento com a comunidade educativa.
- Deverá a Assembleia de Escola ter secções de trabalho, podendo, assim, acompanhar de perto e, na especialidade, a elaboração de documentos e a apreciação da sua consecução.

CONSELHO PEDAGÓGICO

- As medidas implementadas através das reuniões deste órgão devem implicar uma informação de retorno, por forma a avaliar-se o seu resultado.
- A auto-avaliação da escola, presente no Projecto Educativo da Escola (PEE), deve dar lugar a medidas e opções curriculares condizentes.
- A escola deve tomar posição sobre a importância do cumprimento dos programas e implementar medidas consequentes, de modo a salvaguardar a aquisição, pelos alunos, das competências definidas nos Currículos Nacional e Regional no final de ciclo.

ESTRUTURAS PEDAGÓGICAS

DEPARTAMENTO DE LÍNGUAS (DEPARTAMENTO UM)

- Sendo uma das atribuições do departamento curricular promover a cooperação entre docentes que integram o departamento e destes com os restantes departamentos da unidade orgânica e, tendo sido sentida a insuficiência dessa cooperação, é importante que esta estrutura pedagógica procure formas de colmatar esta lacuna.
- São atribuições desta estrutura pedagógica “adequar o currículo aos interesses e necessidades específicas dos alunos, desenvolvendo as necessárias medidas de diversificação curricular e de adaptação às condições específicas da unidade

orgânica” (alínea b) do n.º 4 do artigo 88.º do Decreto Legislativo Regional n.º 12/2005/A, de 16 de Junho, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 35/2006/A, de 6 de Setembro).

COORDENAÇÃO DE DIRECTORES DE TURMA

- O Conselho de Directores de Turma tem de assumir a coordenação pedagógica de cada ano, ciclo ou curso, tendo por finalidade a articulação das actividades das turmas, de acordo com o estipulado no n.º 1 do artigo 93.º do Decreto Legislativo Regional n.º 12/2005/A, de 16 de Junho, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 35/2006/A, de 6 de Setembro.
- O PCT necessita de um perfil com vista a facilitar a sua elaboração e a criar determinada unicidade, em termos de escola.
- A estrutura do Plano Individual deverá ser objecto de reflexão, quer a nível do Conselho de Coordenadores de Directores de Turma, quer a nível dos Conselhos de Turma, com vista a criar um documento que responda simultaneamente às exigências da aprendizagem e ao exposto nos normativos.

AVALIAÇÃO

- Os critérios de avaliação devem cumprir o estabelecido no n.º 2 do artigo 7.º do Regulamento de Avaliação das Aprendizagens do Ensino Básico, aprovado pela Portaria n.º 72/2006, de 24 de Agosto, o qual refere que “os critérios de avaliação (...) constituem referenciais comuns no interior de cada unidade orgânica, sendo operacionalizados pelo (...) conselho de turma, no (...) 3.º ciclo, no âmbito do respectivo projecto curricular de turma”.
- A utilização da avaliação como elemento regulador da prática pedagógica deve ter em conta a alteração do planeamento inicial e das metodologias, a introdução de novas actividades, a utilização de modalidades de avaliação diferentes das previstas inicialmente, a atenção devida aos diferentes ritmos de aprendizagem, bem como a utilização de actividades diferenciadas.
- O Conselho Executivo deve garantir anualmente a divulgação efectiva dos critérios de avaliação dos alunos, definidos em Conselho Pedagógico, pelos diversos intervenientes no processo de avaliação, nomeadamente alunos e pais/encarregados de educação, conforme prevê o n.º 3 do artigo 7.º do supra-

referido Regulamento de Avaliação das Aprendizagens, otimizando eventualmente a página da unidade orgânica existente na Internet.

Angra do Heroísmo, 10 de Novembro de 2006

A equipa inspectiva

Maria Amélia Campos (coordenadora)

Maria Filomena Medeiros

Nuno Bettencourt Gomes

Paulo Jorge Pereira

ANEXOS

Legendas/gráficos

NÍVEL PROFISSIONAL DAS FAMÍLIAS

A	Agricultores e pescadores independentes
B	Empresário da indústria ou comércio
C	Quadro técnico
D	Empregado do comércio e serviços
E	Trabalhador de construção civil
F	Trabalhador agrícola ou da pesca
G	Serviços pessoais/domésticos
H	Professor
I	Militar
J	Doméstica
L	Serviços temporários
M	Desempregados
N	Reformados
O	Outros

1. NÍVEL DE SATISFAÇÃO

Docentes

1	Sinto-me integrado numa equipa
2	Quando preciso usar recursos audiovisuais, informáticos ou outros é fácil resolver a situação
3	A minha relação com os Serviços de Administração Escolar é amistosa e cordial
4	Sinto que os meus colegas confiam no meu trabalho
5	Os meus colegas reconhecem o meu desempenho profissional
6	A direcção da escola é muito importante
7	As regras de funcionamento são claras e justas
8	O sucesso dos alunos é a nossa preocupação e os resultados estão à vista
9	Mesmo que pudesse, não mudava de escola

Alunos

1	A escola ajudou-me a escolher a área de estudos
2	Os meus professores expõem a matéria com clareza e tiram as minhas dúvidas
3	Os serviços de apoio e administrativos da escola funcionam de acordo com as minhas necessidades
4	Os funcionários da escola manifestam disposição para me ajudar quando preciso
5	Os alunos, de um modo geral, colaboram para melhorar o tempo passado na escola
6	Os alunos são informados com antecedência sobre tudo o que lhes interessa e diz respeito à vida da escola
7	A minha escola é divertida
8	A escola é exigente
9	Mesmo que pudesse não mudava de escola

Pessoal não docente

1	Os colegas de trabalho ajudam-se uns aos outros
2	Quando desempenho uma tarefa, sinto-me protegido pelo meu superior hierárquico
3	A organização do trabalho depende também das minhas sugestões
4	Os professores e os alunos da escola respeitam o meu trabalho
5	Quando não concordo, não tenho problema em fazer sugestões
6	Os alunos da escola respeitam o meu trabalho
7	Gostava de fazer outras coisas na escola
8	Acho que estou a trabalhar no lugar certo

Pais e encarregados de educação

1	A escola do meu educando inspira-me confiança
2	É fácil contactar com o DT ou o CE da escola do meu educando
3	Os professores são exigentes
4	Os serviços de apoio (cantina, bar) e o pessoal não docente satisfazem as necessidades do meu educando
5	De facto, o meu educando aprende nesta escola
6	A escola envia-me toda a informação sobre as suas actividades
7	As reuniões da escola são úteis
8	O meu educando está em segurança
9	Mesmo que pudesse, não mudaria o meu educando para outra escola

2. NÍVEL DE QUALIDADE E BEM-ESTAR

Docentes/Alunos/Não docentes

1	A escola vista de fora tem um aspecto cuidado
2	Os espaços em volta do edifício são bonitos, bem tratados
3	Quando se entra na escola “cheira” a limpeza
4	Há muita gente, mas a escola é sossegada
5	As salas de aula são acolhedoras e com graça
6	As salas são claras e bem iluminadas
7	Mesas e cadeiras são confortáveis
8	Todo o equipamento está bem conservado
9	Material que se estraga, material que se arranja
10	A nossa sala de convívio é um lugar confortável
11	Os recreios são amplos e agradáveis
12	A escola é nossa e serve os outros também

3. PARTICIPAÇÃO NA TOMADA DE DECISÃO

Docentes

A	Distribuição do serviço docente
B	Seleção e definição dos objectivos de orientação curricular da escola
C	Avaliação das aprendizagens: processos, instrumentos e resultados dos alunos
D	Gestão dos programas curriculares
E	Metodologias de ensino
F	Seleção de manuais escolares
G	Planificação e organização de visitas de estudo
H	Planificação e organização de festas e actividades culturais
I	Projecto educativo da escola
J	Plano anual da escola
L	Critérios de formação de turmas
M	Calendarização das reuniões
N	Organização do regulamento interno
O	Gestão dos espaços físicos
P	Projecto de orçamento da escola

Q	Elaboração e gestão do orçamento do grupo
R	Aquisição de recursos materiais/equipamentos
S	Questões de ordem disciplinar
T	Organização de acções de formação

Alunos

A	Organização do regulamento interno
B	Organização de actividades de tempos livres
C	Questões de ordem disciplinar
D	Elaboração do projecto educativo
E	Elaboração do plano anual da escola
F	Objectivos a atingir ao longo do ano
G	Programação e organização das visitas de estudo
H	Programação e organização de actividades culturais
I	Horários de funcionamento dos serviços da escola (papellaria, secretaria...)

Não docentes

A	Distribuição de serviço
B	Organização das escalas de serviço
G	Eleição dos seus representantes no Conselho Executivo
H	Segurança das instalações
I	Distribuição dos espaços físicos (sala de funcionários, gabinete do chefe dos serviços ...)
J	Elaboração de um plano de actividades de formação
L	Elaboração do orçamento (nas rubricas que lhes podem dizer respeito tais como aquisição de fardamento, artigos de limpeza, etc.)
M	Classificação de serviço

Pais e encarregados de educação

A	O regulamento interno da escola
B	O projecto educativo da escola
C	O plano de actividades culturais e desportivas
D	As questões disciplinares e de comportamento dos alunos em geral
E	As questões disciplinares e de comportamento do seu educando
F	As questões relativas ao aproveitamento escolar dos alunos em geral
G	As questões relativas ao aproveitamento escolar do seu educando

H	Criação e organização da Associação de Pais
I	As questões de segurança da escola
J	Organização do calendário escolar

5. COOPERAÇÃO ENTRE PROFESSORES

A	Apoio a colegas menos experientes
B	Preparação de aulas sobre novas matérias
C	Discussão de problemas de integração
D	Preparação de reuniões de pais
E	Construção de materiais de ensino
F	Elaboração de fichas de avaliação
G	Organização de actividades culturais
H	Preparação de reuniões com entidades exteriores à escola
I	Organização de apoios e complementos educativos

J	Colaboração com profs. de outros ciclos de escolaridade
L	Discussão do aproveitamento dos alunos
M	Discussão de questões disciplinares e de comportamentos dos alunos
N	Discussão de estratégias a adoptar para alunos com problemas
O	Realização de experiências pedagógicas
P	Discussão de problemas da condição docente
Q	Formulação de objectivos pedagógicos para a sua disciplina
R	Definição de objectivos pedagógicos para a turma
T	Planificação de várias unidades programáticas
U	Organização de projectos e iniciativas
V	Análise dos aspectos positivos e negativos do funcionamento da escola